

Banco Inter S.A. e suas Controladas

**Demonstrações Financeiras
Consolidadas em IFRS em
31 de dezembro de 2017**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas	7
Balço patrimonial consolidado	12
Demonstração consolidada do resultado	13
Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstração consolidada do fluxo de caixa - método indireto	15
Demonstração consolidada do resultado abrangente	16
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas	17

Relatório da Administração

A Administração do Banco Inter S.A., banco múltiplo privado, especializado em crédito e serviços digitais, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta a seus acionistas as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017. As informações, exceto quando indicado de forma diferente, são expressas em moeda corrente nacional (em milhares de reais) e foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo *Internacional Accounting Standards Board* (IASB).

Sobre o Banco Inter

O Banco Inter é um banco digital protagonista na revolução da indústria bancária brasileira, oferecendo uma proposta de valor disruptiva e inédita. Oferecemos um novo conceito de banco, ofertando um portfólio completo de serviços e produtos financeiros, sem cobrança de tarifas bancárias, para todos os tipos de clientes, independente da idade e condição econômica ou social.

Possuímos um modelo de negócios único, reunindo as melhores características da indústria bancária tradicional e das empresas de tecnologia da área financeira (*fintechs*). Os mais de 20 anos de experiência e histórico de sucesso na indústria bancária nos garantem credibilidade e expertise para prover serviços e produtos de qualidade em um mercado fortemente regulado. A essência *fintech*, em paralelo, proporciona um modelo de negócio moderno, ágil, escalável e digital, atendendo da melhor forma as demandas dos clientes e as estratégias de crescimento do Banco.

Por meio da plataforma digital, acessada através da nossa conta 100% digital e gratuita, via aplicativo e internet banking, oferecemos produtos próprios e de terceiros, que vão de produtos financeiros tradicionais a serviços inovadores, como a conta corrente digital, crédito imobiliário, crédito pessoal, investimentos, seguros, Interpag (pagamento via QR Code), crédito para celulares pré-pagos, dentre outros.

Em 31 de dezembro de 2017, o Banco estava presente em mais de 4.500 municípios brasileiros, e possuía correntistas em 100% das cidades brasileiras com mais de 50 mil habitantes. Além disso, a plataforma digital vem possibilitando um acelerado crescimento na base de correntistas digitais, que evoluiu de 80,4 mil correntistas em 31 de dezembro de 2016 para 379,2 mil em 31 de dezembro de 2017, equivalente a 371,4% de crescimento no período.

Em 2017, fomos eleitos o Banco do Ano pelo Prêmio Relatório Bancário, reflexo dos esforços focados em inovação e experiência do cliente, buscando oferecer com excelência serviços bancários e produtos financeiros que promovem a revolução bancária no Brasil.

Destaques Operacionais

Conta Digital

Em 2017, atingimos 379,2 mil correntistas digitais, continuamos implementando melhorias no processo de abertura de nossa Conta Digital e focamos na melhor experiência do usuário em nosso aplicativo. Ao longo do ano, tivemos picos que ultrapassaram 2.000 novas contas abertas por dia útil. Além disso, finalizamos o ano com 88,8 mil cartões de crédito emitidos, gerando um crescimento expressivo no volume de transações com cartões Inter.

Em 2017, o número de transações realizadas via app e internet banking totalizou 13,9 milhões, aumento expressivo de 1.252%, quando comparado ao ano anterior. Adicionalmente, o montante transacionado foi de R\$ 12,1 bilhões no ano de 2017, incremento de 127% em relação a 2016.

Acreditamos que a melhoria contínua nos produtos e serviços nos diferencia dos concorrentes. Ao longo de 2017, continuamos investindo na modernização de software e tecnologia, permitindo maior segurança, confiabilidade e desempenho de processos e operações. Enxergamos os processos de automação como essenciais para as operações e, portanto, temos dedicado uma quantidade significativa de tempo e recursos para melhorar e integrar os sistemas, aumentando assim a agilidade e eficiência das operações

Desempenho Econômico e Financeiro

Empréstimos e adiantamentos a clientes

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de empréstimos e adiantamentos a clientes era de R\$2.601,7 milhões, apresentando uma variação positiva de 10,2% em relação a carteira de R\$2.361,8 de 31 de dezembro de 2016. A carteira de dezembro de 2016 aumentou 10,4% em relação à carteira de dezembro de 2015, de R\$2.140,0, principalmente em virtude do crescimento dos empréstimos imobiliários. Os empréstimos imobiliários totalizaram R\$1.330,7 milhões em 31 de dezembro de 2017, crescimento de 8,8% na comparação com os R\$1.222,9 milhões de 31 de dezembro de 2016. Em relação a dezembro de 2016, houve um aumento de 26,1%, quando comparada à carteira de dezembro de 2015, a qual encerrou o período em R\$970,0 milhões. Tal crescimento se deve à estratégia focada na oferta de empréstimos com taxas mais acessíveis e garantias firmes. Já os empréstimos consignados apresentaram redução anual de 5,0%, encerrando 2017 com saldo de R\$801,6 milhões, sendo o saldo de dezembro de 2016 de R\$844,2 milhões, e redução de 8,3% se comparando com o saldo de R\$873,9 milhões em dezembro de 2015. Os empréstimos a empresas apresentaram aumento de 35,6% ao longo de 2017, totalizando R\$364,0 milhões, reflexo da consolidação da estratégia iniciada em 2016, de mudança no perfil do crédito concedido, com foco em operações com garantia imobiliária e aumento das operações de financiamento a fornecedores. No encerramento do exercício de 2016, o saldo da carteira de Crédito Empresas foi de R\$268,4 milhões, redução de 1,7% em comparação com dezembro de 2015, quando somou R\$273,0 milhões. Os saldos de cartão e outros créditos com características de concessão de crédito aumentaram 301,1%, finalizando o ano de 2017 em R\$105,5 milhões. Já em 31 de dezembro de 2016, o saldo era de R\$26,3 milhões. Comparada ao saldo de R\$22,9 milhões de 31 de dezembro de 2015, a carteira dos Outros créditos com características de crédito do ano de 2016 aumentou 14,3%.

Passivos com Instituições Financeiras, com clientes e títulos emitidos

O total de Passivos com Instituições Financeiras, com clientes e títulos emitidos encerrou o exercício de 2017 em R\$3.026,6 milhões, acréscimo de 10,9% em relação aos R\$2.730,2 milhões registrados no encerramento do exercício de 2016. Se comparados ao saldo de R\$2.093,0 milhões em 31 de dezembro de 2015, os Passivos com Instituições Financeiras, com clientes e títulos emitidos aumentaram 30,4% em 2016. O aumento é decorrente, principalmente, do crescimento do (i) saldo de Depósitos à vista finalizou o ano com montante de R\$ 231,4, apresentando elevação de 432,5% se comparado ao exercício de 2016, cujo saldo foi de R\$ 43,5. Já quando comparado 2016 com o saldo de 2015, no montante de R\$ 21,2, houve um crescimento de 104,7%; e do (ii) saldo dos Depósitos à prazo fechou o ano de 2017 com saldo de R\$ 1.326,7, demonstrando uma redução de 6,9% em comparação a 2016. O saldo de 2016 de R\$ 1.531,5 com o saldo de 2015, R\$1.182,3, observa-se um crescimento de 38,1%.

(iii) O saldo de Títulos Emitidos, que somou R\$1.411,2 milhões em 2017, cresceu 17,7% em relação ao montante de R\$1.198,7 milhões em 31 de dezembro de 2016. Na comparação do saldo de 2016 com o saldo de 31 de dezembro de 2015, de 908,9 milhões, a elevação foi de 31,6%.

Destaques Econômico-Financeiros

Em 2017, o lucro líquido atingiu R\$47,7 milhões, com um aumento de 84,9% em relação aos R\$25,8 milhões do ano de 2016. Comparando o resultado do exercício de 2016 com o lucro de R\$33,7 milhões do ano de 2015, observa-se uma redução de 23,4%.

O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) foi de 12,2% em 31 de dezembro de 2017, aumento de 67,1 % em relação a 2016, quando o ROAE foi de 7,3%. Na comparação entre 2016 e 2015, houve redução de 27,0%, visto que o ROAE de 2015 finalizou em 10,0%.

Capital Humano

Um dos princípios do Banco Inter sempre foi acreditar que o capital humano é indispensável para um bom desempenho dos negócios. Contamos com uma equipe jovem de executivos e gestores, extremamente motivada e alinhada com o objetivo de fortalecer nosso DNA inovador. Desta forma, buscamos recrutar e manter profissionais experientes, habilidosos e focados em resultados, realizando investimentos contínuos em capacitação e bem estar dos colaboradores. No encerramento de 2017, o Banco dispunha de uma equipe de 769 profissionais, representando um crescimento anual de 28%, em razão da estratégia de expansão do plano de negócios e do aumento expressivo do número de correntistas. Em 31 de dezembro de 2017 os profissionais estavam empregados no Banco por, em média, 3 anos, sendo que 44,2% dos funcionários atuais foram contratados em 2017.

Em 2017 foram realizadas mais de 7.000 horas de treinamento, abrangendo certificações, rotinas internas e programas de desenvolvimento comportamental e técnico, gerando grande impacto nos resultados.

O Banco também é integrante do programa Jovem Aprendiz por intermédio do convênio com a ASSPROM (Associação Profissionalizante do Menor), além de oferecer programas de assistência social. Para o bem-estar dos colaboradores e seus familiares existe um grupo de treinamento de corrida, e também são realizadas campanhas de vacinação, cursos que envolvem ações de saúde, vida social e apoio pessoal.

Responsabilidade Socioambiental

O Banco Inter dispõe de uma Política de Responsabilidade Socioambiental com diretrizes bem definidas, que oficializa o seu compromisso com a atuação responsável voltada para o desenvolvimento da sociedade e a preservação do meio ambiente. Entre as iniciativas praticadas pelo Banco Inter estão patrocínios com recursos próprios ou por meio de mecanismos de incentivo fiscal, de projetos e programas próprios ou realizados em parcerias com outras instituições de caráter social, educacional e/ou ambiental, como o Criança no Museu, o apoio à Cidade dos Meninos São Vicente de Paula, a manutenção e preservação de jardins e canteiros nas proximidades do Banco, Conscientização e Educação Financeira através do portal www.contacomagente.com.br, dentre outros.

Outras informações sobre os programas, projetos e ações na área de responsabilidade socioambiental, poderão ser obtidas no site ri.bancointer.com.br.

Gestão do Capital e Limites Operacionais

As políticas, as estratégias e o plano de capital adotados pelo Banco Inter, possibilitam a manutenção do capital em níveis compatíveis com os riscos incorridos.

Os limites operacionais são calculados de forma consolidada e o índice de adequação do patrimônio aos ativos de risco (Acordo de Basileia III) era de 17,3% em 31 de dezembro de 2017, para 31 de dezembro de 2016 de 18,9%; e de 20,5% em 31 de dezembro de 2015, perante o mínimo requerido de 9,875%. Informações mais detalhadas podem ser obtidas na nota explicativa nº 7.

Gestão dos Riscos de Crédito, Operacional, de Liquidez, de Mercado

No Banco Inter, a gestão dos Riscos de Crédito, Liquidez, Mercado e Operacional é realizada de forma contínua e autônoma, se apoia em políticas e estratégias estruturadas e em uma equipe técnica adequadamente capacitada.

Informações mais detalhadas podem ser obtidas na Nota Explicativa nº 6.

Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro

O Banco Inter possui políticas, procedimentos, controles internos e monitoramento contínuo, destinados à prevenção e combate a referidos ilícitos, em conformidade com a Circular BACEN nº 3.461/2009 e coopera com os órgãos reguladores para a prevenção e combate à lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem assim para a prevenção da utilização do sistema financeiro para atos ilícitos previstos na Lei nº 9.613/1998.

Declaração da Diretoria

A Diretoria do Banco declara que discutiu, reviu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, assim como que reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

Relacionamento com os Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, o Banco e as empresas controladas não contrataram e nem tiveram serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes relacionados a essas empresas que não os serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

Agradecimentos

Além do recorrente reconhecimento que temos recebido de nossos clientes, temos a satisfação de compormos, pelo quarto ano consecutivo, o ranking das “Melhores Empresas para se Trabalhar”- GPTW, ocupando a 6ª posição entre as empresas mineiras.

Agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança em nós depositada, e a cada um dos colaboradores que constroem diariamente a nossa história.

Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 2018.

A Administração

Para acessar o Release de Resultados detalhado, acesse ri.bancointer.com.br.



KPMG Auditores Independentes

Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários

30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil

Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil

Telefone +55 (31) 2128-5700, Fax +55 (31) 2128-5702

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e acionistas do Banco Inter S.A.

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Inter S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Inter S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Estes assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos a clientes

Veja a Notas “3e viii” e “11” das demonstrações financeiras consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria conduziu esse assunto
<p>Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3e viii e 11 às demonstrações financeiras consolidadas, o Banco e suas controladas avaliam no mínimo a cada data de balanço a existência de qualquer evidência objetiva de redução ao valor recuperável da carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes. O Banco e suas controladas utilizam a seguinte metodologia e políticas internas, que levam em consideração aspectos externos e internos, além do histórico de pagamentos do devedor, para avaliar se a evidência objetiva de redução ao valor recuperável existe:</p> <ul style="list-style-type: none">• Para os empréstimos e adiantamentos efetuados a clientes individualmente significativos, a evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável é avaliada no âmbito individual. Essas operações estão em grande parte envolvidas nos segmentos corporativos, institucionais e comerciais.• Avaliações coletivas são realizadas na carteira, modeladas fundamentalmente em empréstimos e adiantamentos a clientes que possuem natureza homogênea, como por exemplo crédito imobiliário e crédito consignado. <p>Devido à relevância dos saldos de empréstimos e adiantamentos a clientes, o grau de julgamento e a incerteza subjacentes à determinação da estimativa de perda por redução ao valor recuperável e ao impacto que eventual alteração das premissas utilizadas na determinação da referida perda poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras consolidadas, consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria.</p>	<p>Avaliamos o desenho, implementação e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados aos processos de aprovação, registro, classificação e atualização dos níveis de risco dos empréstimos e adiantamentos a clientes, e as principais premissas utilizadas no cálculo para mensuração da perda por redução ao valor recuperável, tanto para análise coletiva quanto para os empréstimos e adiantamentos a clientes avaliados individualmente. Em base de testes, avaliamos as premissas utilizadas pela Administração para constituição dos saldos de perdas por redução ao valor recuperável, assim como avaliamos a apresentação e divulgações efetuadas pelo Banco nas demonstrações financeiras consolidadas descritas na nota explicativa nº 3e viii e 11.</p> <p>Com base nos resultados dos procedimentos executados e descritos no parágrafo anterior, e nas respectivas evidências obtidas, identificamos ajustes que afetaram a mensuração e a divulgação da perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos a clientes, os quais não foram registrados pela Administração, por terem sido considerados imateriais. Consideramos o nível de provisionamento aceitável, assim como as divulgações nas demonstrações financeiras tomadas como um todo.</p>

Controles de aplicativos e controles gerais de tecnologia da informação

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria conduziu esse assunto
<p>Em decorrência da alta dependência do Banco de uma infraestrutura de tecnologia da informação em consequência da utilização cada vez maior de plataformas digitais, aliada aos elevados níveis de investimentos em infraestrutura da tecnologia da informação, do alto volume de transações processadas diariamente, bem como da importância dos controles de Tecnologia e Segurança da Informação nos seus sistemas e aplicativos de acesso a programas e dados e gerenciamento de mudanças, assim como o consequente impacto para a elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.</p>	<p>Avaliamos, com auxílio de nossos especialistas em tecnologia da informação e segurança cibernética (<i>cyber security</i>), o desenho, a implementação e a efetividade operacional dos controles gerais de TI relacionados a acessos, tais como de autorização de novos usuários, de revogação de usuários desligados e de monitoramento periódico dos usuários ativos, políticas de segurança da informação e gerenciamento de mudanças nos sistemas internos sempre que planejamos confiar nas informações de um determinado sistema e transação considerados relevantes para fins de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. Avaliamos também a efetividade operacional dos controles-chave automatizados dos processos de negócio definidos como relevantes para auditoria das demonstrações financeiras, verificando controles de acesso e configurações de regras de negócio e também as análises de vulnerabilidades em equipamentos na perspectiva de Segurança da Informação.</p> <p>As evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, nos permitiram considerar as informações extraídas dos controles de aplicativos e controles gerais de tecnologia da informação para planejar a natureza, época e extensão de nossos procedimentos no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório dos auditores

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

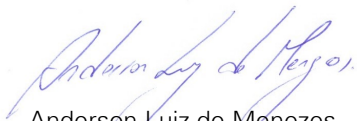
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3

Banco Inter S.A. e suas Controladas

Balço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	8	472.262	532.141	230.287
Instrumentos financeiros derivativos	9	4.089	326	-
Empréstimos e adiantamento a instituições financeiras	10	90.912	439	1.341
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido de provisão para perdas	11	2.516.122	2.245.669	2.063.017
Ativos financeiros disponíveis para venda	12	314.408	248.256	117.982
Ativos não circulantes mantidos para venda	15	62.579	33.446	17.727
Imobilizado	13	5.535	5.222	5.125
Intangível	14	958	-	-
Ativos fiscais diferidos	31	29.191	33.402	22.445
Outros ativos	16	88.719	92.992	70.095
Total dos ativos		3.584.775	3.191.893	2.528.019
Passivos				
Passivos com instituições financeiras	17	298.396	671.522	396.599
Passivos com clientes	18	1.317.012	859.959	785.727
Títulos emitidos	19	1.411.179	1.198.741	910.648
Empréstimos e repasses	20	34.818	37.441	39.241
Impostos correntes	21	6.359	5.959	8.228
Provisões	22	13.741	10.814	6.647
Outros passivos	23	112.661	53.886	43.787
Total dos Passivos		3.194.166	2.838.322	2.190.877
Patrimônio líquido				
Capital social	24a	311.874	298.111	281.245
Ações em tesouraria	24f	(2.284)	(2.004)	(1.358)
Reservas de lucros	24b	79.875	57.414	56.387
Ajuste de avaliação patrimonial	24c	166	(355)	(118)
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	24	389.631	353.166	336.156
Participações de acionistas não controladores		978	405	986
Total do patrimônio líquido		390.609	353.571	337.142
Total do passivo e patrimônio líquido		3.584.775	3.191.893	2.528.019

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Banco Inter S.A. e suas Controladas

Demonstração consolidada do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Receitas de juros		497.227	577.701	480.480
Despesas de juros		<u>(276.430)</u>	<u>(320.838)</u>	<u>(236.996)</u>
Resultado líquido de juros	25	220.797	256.863	243.484
Receitas de serviços e comissões		42.431	24.674	19.471
Despesas de serviços e comissões		<u>(17.200)</u>	<u>(43.079)</u>	<u>(59.133)</u>
Resultado líquido de serviços e comissões	26	25.231	(18.405)	(39.662)
Renda de Ativos financeiros disponíveis para venda	12	29.546	21.431	36.822
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	9	10.671	326	-
Outras receitas	27	<u>12.924</u>	<u>15.567</u>	<u>9.783</u>
Receitas		299.169	275.782	250.427
Resultado de perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros	28	(24.128)	(72.859)	(58.949)
Despesas de pessoal	29	(85.380)	(70.151)	(59.764)
Depreciação e amortização		(1.382)	(1.275)	(3.328)
Outras receitas (despesas) administrativas	30	<u>(135.516)</u>	<u>(102.440)</u>	<u>(83.105)</u>
Resultado antes dos impostos		52.763	29.057	45.281
Imposto sobre a renda e contribuição social corrente	31	(1.256)	(14.184)	(14.368)
Imposto sobre a renda e contribuição social diferido	31	<u>(3.826)</u>	<u>10.956</u>	<u>2.793</u>
Lucro líquido do exercício		47.681	25.829	33.706
Lucro atribuível aos:				
Acionistas controladores		47.079	25.358	32.895
Acionistas não controladores		602	471	811
Lucro básico por ação (em Reais - R\$)				
Ações ordinárias	24	3,9569	2,1392	2,7758
Ações preferenciais	24	3,9568	2,1393	2,7757
Lucro diluído por ação (em Reais - R\$)				
Ações ordinárias	24	3,9569	2,1392	2,7758
Ações preferenciais	24	3,8316	2,0474	2,6859

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Banco Inter S.A. e suas Controladas

Demonstração consolidada do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Resultado líquido do exercício	47.681	25.829	33.706
Outros resultados abrangentes do exercício			
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado			
Resultado de avaliação a valor justo de títulos disponíveis para venda	521	(237)	(98)
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	(234)	107	44
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de imposto de renda e contribuição social	287	(130)	(54)
Total de resultados abrangentes do exercício	47.968	25.699	33.652
Atribuição do resultado abrangente			
Parcela do resultado abrangente dos acionistas controladores	47.366	25.228	32.841
Parcela do resultado abrangente dos acionistas não controladores	602	471	811
Total do resultado abrangente do exercício	47.968	25.699	33.652

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Banco Inter S.A. e suas Controladas

Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Reserva de lucros						Patrimônio líquido Acionistas Controladores	Participação de Acionistas não Controladores	Patrimônio Líquido Total
	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial			
Saldos em 1 de janeiro de 2015	269.845	-	4.595	37.648	-	(107)	311.981	675	312.656
Aumento de capital	11.400	-	-	-	-	-	11.400	-	11.400
Lucro líquido	-	-	-	-	32.895	-	32.895	811	33.706
Destinações propostas:									
Constituição de reserva legal	-	-	1.599	-	(1.599)	-	-	-	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	12.545	(12.545)	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(18.751)	-	(18.751)	(500)	(19.251)
Aquisição de ações em tesouraria	-	(1.358)	-	-	-	-	(1.358)	-	(1.358)
Ajuste de avaliação patrimonial									
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	(11)	(11)	-	(11)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	281.245	(1.358)	6.194	50.193	-	(118)	336.156	986	337.142
Aumento de capital	16.866	-	-	-	-	-	16.866	-	16.866
Aumento de Participação de Acionistas não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	100	100
Lucro líquido	-	-	-	-	25.358	-	25.358	471	25.829
Destinações propostas:									
Constituição de reserva legal	-	-	1.274	-	(1.274)	-	-	-	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	(247)	247	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(24.331)	-	(24.331)	(1.152)	(25.483)
Aquisição de ações em tesouraria	-	(646)	-	-	-	-	(646)	-	(646)
Ajuste de avaliação patrimonial									
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	(237)	(237)	-	(237)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	298.111	(2.004)	7.468	49.946	-	(355)	353.166	405	353.571
Aumento de capital	13.763	-	-	-	-	-	13.763	-	13.763
Lucro líquido	-	-	-	-	47.079	-	47.079	602	47.681
Destinações propostas:									
Constituição de reserva legal	-	-	2.407	-	(2.407)	-	-	-	-
Reversão de reserva de lucros	-	-	-	20.054	(20.054)	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(24.618)	-	(24.618)	(29)	(24.647)
Aquisição de ações em tesouraria	-	(280)	-	-	-	-	(280)	-	(280)
Ajuste de avaliação patrimonial									
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	521	521	-	521
Saldos em 31 de dezembro de 2017	311.874	(2.284)	9.875	70.000	-	166	389.631	978	390.609

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Banco Inter S.A. e suas Controladas

Demonstração consolidada do fluxo de caixa-método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	47.681	25.829	33.706
Ajustes ao lucro líquido			
- Depreciação e amortização	1.382	1.275	3.328
- Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros	24.128	72.859	58.949
- Despesas com provisão e passivos contingentes	8.641	8.159	5.612
- Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.826	(10.956)	(2.793)
- Provisões para perda de ativos	3.382	(354)	(16.728)
- Resultado de variação cambial	639	(22)	-
(Aumento)/ redução dos ativos operacionais			
Instrumentos financeiros derivativos	(3.763)	(326)	-
Empréstimos e adiantamento a instituições financeiras	(90.473)	902	10.828
Empréstimos e adiantamentos a clientes	(191.796)	(206.635)	(630.430)
Ativos não circulantes mantidos para venda	(134.814)	(66.768)	(28.430)
Outros Ativos	4.172	(20.371)	17.883
Aumento/ (redução) dos passivos operacionais			
Passivos com instituições financeiras	(373.126)	274.923	113.939
Passivos com clientes	457.053	74.232	111.138
Títulos emitidos	212.438	288.093	397.189
Empréstimos e repasses	(2.623)	(1.800)	8.375
Provisões	(5.714)	(3.992)	(2.890)
Outros passivos	60.312	26.837	23.115
Impostos correntes	400	(2.269)	1.374
Impostos pagos sobre o lucro	(4.908)	(18.135)	(14.204)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	16.837	441.481	89.961
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de Imobilizado	(1.695)	(1.372)	(776)
Aquisição de Intangível	(958)	-	-
Aquisição de ativos financeiros disponíveis para venda	(111.268)	(177.760)	(42.878)
Alienação de ativos financeiros disponíveis para venda	45.336	47.486	95.454
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento	(68.585)	(131.646)	51.800
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital	62	4	104
Recompra de ações da tesouraria	(280)	(646)	(1.358)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(7.274)	(7.361)	(3.325)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(7.492)	(8.003)	(4.579)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(59.240)	301.832	137.182
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	532.141	230.287	93.105
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa	(639)	22	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	472.262	532.141	230.287
Transações que não afetam o caixa			
Dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e não pagos	24.618	24.331	18.751
Dividendos e juros sobre o capital próprio convertidos em aumento de capital social	13.701	16.862	11.296
Ativos não correntes mantidos para venda recebidos em dação de pagamento	(102.785)	(48.876)	(19.496)
Reconciliação das atividades de financiamento			
Saldo de capital no início do exercício	298.111	281.245	269.845
Aumento de capital	62	4	104
Dividendos e JSCP aportados em capital	13.701	16.862	11.296
Saldo de capital no final do exercício	311.874	298.111	281.245
Saldo de ações em tesouraria no início do exercício	(2.004)	(1.358)	-
Recompra de ações da tesouraria	(280)	(646)	(1.358)
Saldo de ações em tesouraria no final do exercício	(2.284)	(2.004)	(1.358)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Valores expressos em milhares de reais)

1 Atividade e estrutura do Banco e suas controladas

O Banco Inter S.A. (anteriormente denominado Banco Intermedium S.A.) iniciou suas atividades em fevereiro de 1995, tendo como objetivo principal os empréstimos e adiantamentos a clientes e os serviços permitidos pelo Banco Central do Brasil, podendo, nos termos da legislação aplicável, participar de outras sociedades. Por meio de suas controladas, o Banco atua nas áreas de consultoria de mercado financeiro e de capitais.

O Banco, oferece aos seus clientes serviços que atendem a maioria de suas necessidades bancárias diárias em plataformas inteiramente digitais. O Banco atua com foco nos produtos de Crédito Imobiliário, Crédito Pessoal e Crédito para Empresas. A carteira de captações de recursos é composta por portfólio diversificado de produtos de investimentos, tais como: Certificado de Depósito Bancário (CDB), Letra de Crédito Imobiliário (LCI), Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), Letra Financeira (LF), Depósitos a Prazo com Garantias Especiais (DPGE) e Operações de Repasse (FGTS).

Em 16 de novembro de 2015, o Banco recebeu autorização para operar com câmbio, iniciando as operações no primeiro semestre de 2016, após homologação operacional no Banco Central do Brasil.

A partir de junho de 2017 o Banco Intermedium adotou um novo nome e uma nova marca: Banco Inter; uma mudança que reflete a evolução dos negócios e do mercado no qual atua. O Banco Inter S.A. possui ainda investimentos em áreas financeiras e não financeiras sendo: Distribuição de títulos e valores mobiliários e corretora de seguros.

A Intermedium Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. iniciou suas atividades em novembro de 2013, tendo como objetivo principal atuar no mercado financeiro na intermediação de colocação de títulos e valores mobiliários. A Instituição foi autorizada a funcionar em 9 de outubro de 2013 de acordo com a manifestação do Banco Central do Brasil.

A Inter Digital Corretora e Consultoria de Seguros Ltda. é uma controlada constituída em 2012, que opera na forma de corretora de seguros, principalmente na realização de corretagem, intermediação, administração e angariação na área de seguros e na área de serviços de assistência caracterizados como serviços complementares às atividades de seguros. Realiza operações de intermediação de seguros para pessoas jurídicas e físicas, com um portfólio diversificado de produtos, com operações de longa duração como: Garantias, Saúde, Vida em Grupo, Habitacional, Risco de Engenharia, Empresarial e outros.

A Intermedium Promotora de Vendas Ltda. é uma controlada constituída em 1995 que tinha como objeto a promoção de vendas, divulgação e incentivo do consumo de produtos e serviços, mediante publicidade e propaganda nos pontos de vendas. Em 13/06/2017 a Controlada Intermedium Promotora de Vendas Ltda. foi extinta e seu registro baixado na Receita Federal do Brasil.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco e suas controladas foram preparadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Board* (IASB).

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 21 de fevereiro de 2018.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Banco e suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, Exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas, a Administração utilizou julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos que envolvem julgamentos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Empréstimos e adiantamentos a clientes (vide notas explicativas nº 3 “e viii” e 11) - perda por redução ao valor recuperável;
- Provisões (vide notas explicativas nº 3 “k” e 22) - Premissas chave sobre a probabilidade e magnitude de saída de recursos;
- Ativos não circulantes mantidos para venda (vide notas explicativas nº 3 “g” e 15) - determinação do valor justo menos custos de venda, de ativos não circulantes mantidos para venda com base em dados não observáveis significativos;
- Ativos tributários diferidos (vide notas explicativas nº 3 “m” e 31) - disponibilidade de lucro tributável futuro; e
- Valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo instrumentos financeiros derivativos (vide notas explicativas nº 3 “e vii”, 7 e 9) - Determinação do valor justo de instrumentos financeiros com significativos inputs não observáveis.

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo por meio do resultado.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas pelo Banco e suas controladas.

a. Base de consolidação

A tabela a seguir apresenta as entidades controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas:

Entidade	Ramo de atividade	Participação no capital (%)		
		31 de dezembro		
		2017	2016	2015
Inter Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Corretora	95%	95%	100%
Inter Digital Corretora e Consultoria de Seguros Ltda.	Seguradora	74%	74%	75%
Intermedium Promotora de Vendas Ltda.	Promotora	-	100%	100%

(i) Controladas

O Banco controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, quando requeridas, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Participação de acionistas não-controladores

O Banco e suas controladas contabilizam a parte relacionada aos acionistas não controladores dentro do patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado. Nas transações de compras de participação com acionistas não controladores, a diferença entre o valor pago e a participação adquirida é registrada no patrimônio líquido. Ganhos ou perdas na venda para acionistas não controladores também são registrados no patrimônio líquido.

Lucros ou prejuízos atribuídos aos acionistas não controladores são apresentados nas demonstrações consolidadas de resultado como lucros ou prejuízos atribuídos aos acionistas não controladores.

(iii) Saldos e transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações entre as companhias, são eliminados no processo de consolidação. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo em caixa e equivalentes de caixa compreende disponibilidades em caixa e depósitos bancários a vista (no Brasil e no exterior) e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais em até 3 (três) meses e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Estes instrumentos são utilizados pelo Banco e suas controladas para gerenciar seus compromissos de curto prazo. Veja nota 8 - Caixa e equivalentes de caixa.

d. Operações compromissadas

As operações compromissadas são realizadas no Mercado de Balcão das Instituições do SFN - Sistema Financeiro Nacional em que o Banco e suas controladas, ao vender os títulos, assumem o compromisso de recomprá-los em data prefixada e também mediante o pagamento de juros prefixados. Em contrapartida, o comprador deve assumir o compromisso irreversível de revender o título na data do vencimento do compromisso pelo preço fixado.

Aplica-se também às aplicações efetuadas em outras instituições do mercado, na forma da regulamentação vigente e específica para as operações de depósitos interfinanceiros.

e. Ativos e passivos financeiros

(i) Ativos financeiros

O Banco e suas controladas classificam seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado. Estes ativos podem ser subdivididos em duas classificações distintas: ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado; e ativos financeiros para negociação (quando do reconhecimento inicial).

• **Ativos financeiros designados a valor justo por meio resultado**

O Banco e suas controladas possuem ativo financeiro designado a valor justo por meio do resultado, relacionado a título e valores mobiliários, na categoria de disponível para venda.

- **Ativos financeiros para negociação (exceto Derivativos)**

Os ativos financeiros para negociação são ativos mantidos pelo Banco e suas controladas com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições.

Os ativos financeiros mantidos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

Ganhos e perdas realizados e não realizados decorrentes de mudanças no valor justo de ativos financeiros não derivativos são reconhecidos diretamente no resultado em “Ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros para negociação”. As receitas de juros de ativos financeiros mantidos para negociação são reconhecidas em “Resultado líquido de juros”. O Banco e suas controladas não possuíam ativos financeiros para negociação, nas datas base apresentadas nestas demonstrações financeiras.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos, para os quais existe a intenção de mantê-los por um período de tempo indefinido e que podem ser vendidos em resposta às mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio ou necessidades de liquidez ou que não são classificados em empréstimos e recebíveis ou a valor justo por meio do resultado.

São reconhecidos inicialmente a valor justo, os quais correspondem ao valor pago incluindo os custos de transação e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido, em resultados abrangentes, com exceção das perdas por valor não recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. Se um ativo financeiro disponível para venda apresentar uma perda por valor não recuperável, a perda acumulada registrada em outros resultados abrangentes é reconhecida na demonstração do resultado.

A renda de ativos financeiros disponíveis para venda é reconhecida no resultado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo, que não tenham sido designados como “disponíveis para venda” ou “a valor justo por meio do resultado” e que o Banco e suas controladas não têm a intenção de vender imediatamente ou no curto prazo.

São mensurados inicialmente pelo valor justo mais os custos diretos de transação e, subsequentemente, avaliados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e recebíveis são reconhecidos no balanço patrimonial consolidado como empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras ou a clientes. Os juros sobre empréstimos são incluídos no resultado como “Receita de juros e similares”. No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é relatada como uma redução do valor contábil dos empréstimos e adiantamentos, e é reconhecida na demonstração do resultado, como “Perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos”.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos da transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O Banco e suas controladas não possuíam nas datas base destas demonstrações financeiras, ativos financeiros mantidos até o vencimento.

(ii) Passivos financeiros

O Banco e suas controladas classificam seus passivos financeiros nas seguintes categorias: mensurados a valor justo por meio do resultado e a custo amortizado.

Mensurados ao valor justo por meio do resultado

São registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas alterações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado. Estes passivos podem ser subdivididos em duas classificações distintas: passivos financeiros designados a valor justo por meio do resultado e passivos financeiros para negociação.

- **Passivos financeiros designados a valor justo por meio resultado**

O Banco e suas controladas não possuem nenhum passivo financeiro designado a valor justo por meio do resultado.

- **Passivos financeiros para negociação**

Os passivos financeiros para negociação reconhecidos pelo Banco e suas controladas são aos instrumentos financeiros derivativos. Para maiores detalhes sobre o tratamento de derivativos ativos, veja Nota 9 abaixo.

Passivos financeiros a custo amortizado

São os passivos financeiros que não são avaliados pelo valor justo por meio do resultado. Eles são, inicialmente, registrados pelo seu valor justo e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado. Incluem, dentre outros, recursos de instituições financeiras e de clientes e recursos de emissão de títulos de dívida.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos e operações de “hedge”

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados contabilmente, segundo a intenção da administração, na data de sua aquisição.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados na administração das exposições próprias do Banco e suas controladas ou atender solicitações de seus clientes. As valorizações ou desvalorizações são registradas em “Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos”.

Os instrumentos financeiros derivativos realizados com a intenção de proteção a riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos e passivos financeiros, e são classificados de acordo com sua natureza em:

- **Hedge de Risco de Mercado:** os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, registrados em conta de resultado;

- **Hedge de Fluxo de Caixa:** os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registradas, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada do patrimônio líquido.

O Banco e suas controladas não realizaram até o momento, operação com instrumento financeiro derivativo com o objetivo de proteção (*hedge*) com natureza de *hedge* de fluxo de caixa.

O Banco e suas controladas, conforme descrito na nota explicativa nº 6, de acordo com suas políticas de gestão de riscos, faz uso de instrumentos financeiros derivativos, principalmente contratos de *swap* registrados na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), classificados como *Hedge* de risco de mercado, tendo como objeto empréstimos e adiantamentos a clientes classificados na categoria “empréstimos e recebíveis”.

Para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço, divulgadas pela B3.

A efetividade da proteção (*hedge*) é mensurada desde a concepção e ao longo do prazo das operações.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na nota explicativa nº 9.

(iv) **Reconhecimento e mensuração inicial**

Todos os instrumentos financeiros operados pelo Banco e suas controladas são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo. No curso normal dos negócios, o valor justo de um instrumento financeiro no seu reconhecimento inicial é o preço da transação, acrescido (para instrumentos não avaliados subsequentemente a valor justo contra resultado) dos custos de transação que são incrementais diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

(v) **Baixa**

Ativos financeiros são baixados quando expiram os direitos contratuais sobre os seus fluxos de caixa, quando não há mais expectativa futura de gerar fluxo de caixa, ou quando os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais são transferidos em uma transação na qual todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro são substancialmente transferidos. Os passivos financeiros são baixados quando suas obrigações contratuais são extintas, canceladas ou se expiram. Se uma renegociação ou modificação de termos de um ativo financeiro existente for tal que os fluxos de caixa do ativo modificado sejam substancialmente diferentes daqueles do ativo original não modificado, então o ativo financeiro original é baixado e o ativo financeiro modificado é reconhecido como um novo ativo financeiro e inicialmente mensurado pelo valor justo.

O Banco e suas controladas realizaram transações de cessão de crédito nos exercícios de 2015 e de 2016, com coobrigação, nas quais ativos financeiros reconhecidos foram transferidos, porém em razão da “coobrigação assumida”, os riscos dos ativos transferidos foram retidos. Nesta modalidade, as operações cedidas permanecem registradas no ativo da instituição cedente e os recursos recebidos são registrados no ativo tendo como contrapartida o passivo financeiro decorrente da obrigação assumida. As receitas e despesas decorrentes dessas cessões são apropriadas no resultado pelo prazo remanescente das respectivas operações.

Os ativos objeto de cessão de crédito com coobrigação são constituídos exclusivamente de contratos de cédulas de crédito bancário.

O Banco e suas controladas realizam a baixa de empréstimos e adiantamentos a clientes quando estes são considerados incobráveis.

(vi) *Compensação de instrumentos financeiros*

Os ativos e passivos financeiros são confrontados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial consolidado quando, o Banco e suas controladas possuem a intenção e o direito legal de compensar os valores e liquidá-los em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

(vii) *Determinação do valor justo*

Valor justo é o valor pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e interessadas na realização de uma transação em bases usuais de mercado.

Quando disponível, o Banco e suas controladas determinam o valor justo de instrumentos financeiros com base nos preços cotados em mercado ativo para aquele instrumento. Um mercado é reconhecido como ativo se os preços cotados são prontamente e regularmente disponíveis e representam transações de mercado fidedignas e regulares ocorridas de forma justa entre partes independentes.

Para os demais instrumentos financeiros sem preços cotados em mercados ativos, o valor justo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação, que podem incluir preços de transações recentes realizadas entre partes independentes em condições justas de mercado, referência ao valor justo de instrumentos similares, método de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções. As técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco e suas controladas utilizam o máximo possível de dados verificáveis amplamente utilizados pelo mercado, baseando-se o mínimo possível em estimativas específicas internas, e incorporam todos os fatores que os demais participantes do mercado consideram na determinação de um preço de negociação, e são consistentes com metodologias econômicas amplamente reconhecidas e utilizadas pelos demais participantes do mercado na precificação destes instrumentos financeiros. Os dados utilizados nas técnicas de avaliação representam razoavelmente as expectativas de mercado e avaliações dos fatores inerentes de risco e retorno do instrumento financeiro avaliado. A Administração do Banco e de suas controladas ponderam as técnicas de avaliação utilizadas e as testam para validação utilizando preços de transações de mercado observáveis do mesmo instrumento ou baseadas em outros dados de mercado observáveis.

(viii) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*

Um ou mais ativos financeiros são considerados como de recuperação questionável e tem perdas por redução do valor recuperável consideradas incorridas se: houver evidência objetiva da redução de seu valor recuperável como resultado de um ou mais eventos subsequentes ao reconhecimento inicial do ativo; e se esse evento de perda tiver um impacto sobre os fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, que possa ser estimado de forma confiável.

A redução do valor recuperável nem sempre é causada por um evento único, sendo comum o efeito combinado de diversos eventos. Evidências objetivas sobre a recuperabilidade de ativos financeiros dependem de eventos observados e interpretados pelo Banco e suas controladas, tais como:

- Dificuldades financeiras do devedor ou emissor da dívida;
- Atrasos no pagamento das parcelas contratadas, constituindo inadimplência e quebra de contrato;
- Evidências de que o devedor ou emissor entrará em falência ou sofrerá reorganização financeira;
- Acordos realizados pelo Banco e suas controladas na tentativa de reduzir a probabilidade de perda de ativo financeiro, feito devido à condições adversas nas condições financeiras do devedor;
- Ausência de mercado para o tipo de ativo em avaliação, causando redução de seu valor recuperável;
- Dados observáveis que indiquem redução mensurável nos fluxos de caixa futuros de ativos financeiros, por vezes ainda não observáveis como inadimplência, em função de mudanças na situação financeira dos mutuários de um grupo específico, condições econômicas nacionais ou locais que possam acarretar em inadimplência.

A cada data de balanço é avaliada a recuperabilidade dos ativos financeiros do Banco e suas controladas, sendo aplicados os seguintes critérios caso haja evidência de perda potencial:

Ativos financeiros reconhecidos ao custo amortizado

Para ativos financeiros como (i) valores a receber de bancos; e (ii) empréstimos, financiamentos e recebíveis, primeiramente o banco avalia:

- Individualmente se existe evidência objetiva de redução ao valor recuperável para ativos financeiros que são individualmente significativos; ou coletivamente para ativos financeiros que não são individualmente significativos;
- Se ficar determinada que não existe evidência para um ativo financeiro individualmente avaliado, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e coletivamente avalia o grupo por redução ao valor recuperável;
- No caso de ativos que são individualmente avaliados por redução ao valor recuperável e para os quais a perda está sendo reconhecida, não há avaliação coletiva da redução ao valor recuperável;

- Para efeitos práticos, considera-se ativos individualmente significativos aqueles cujo saldo devedor seja superior a 1% do Patrimônio de Referência (PR) do Banco e suas controladas.

Caso haja evidência objetiva de que uma perda com redução ao valor recuperável foi incorrida, o montante da perda é estimado sobre o valor contabilizado do ativo. Perdas futuras esperadas com crédito que ainda não foram incorridas não são contabilizadas. Para ativos onde houve atraso em parcelas, e para aqueles que se enquadram em características análogas, pode haver contabilização de perda para redução do valor recuperável, considerando o tratamento dado pelo Banco e suas controladas aos empréstimos e adiantamentos com característica massificada. O valor contabilizado do ativo é reduzido por meio do uso de conta de provisão para perda por redução ao valor recuperável e a contrapartida é reconhecida no resultado.

Para casos onde há renegociação de dívida, a receita de juros continua a ser apropriada sobre o valor presente da operação e é calculada com base na taxa de juros contratada. Tal receita é registrada como parte de “Receitas de juros”. Na medida em que a apropriação de juros ocorre, há elevação proporcional da perda com redução ao valor recuperável.

Empréstimos e as correspondentes provisões são baixados quando atingem prazos determinados por metodologias internas adotadas pelo Banco e suas controladas. Se, em um momento subsequente, o montante estimado de perda com redução ao valor recuperável aumenta ou diminui devido a um evento que ocorreu depois que a redução ao valor recuperável foi reconhecida, o montante de perdas com redução ao valor recuperável previamente reconhecido é aumentado ou diminuído pelo ajuste na conta de provisão.

Caso ocorra recuperação de um ativo (empréstimo, financiamento ou recebível) que tenha sido baixado no passado - por exemplo com a recuperação de uma garantia, esta recuperação reduzirá o montante de provisão a ser reconhecida no resultado.

Para a avaliação coletiva de redução ao valor recuperável no Banco e suas controladas, os ativos financeiros são agrupados com base em sistema interno de avaliação de crédito, que considera características de risco e crédito como: (i) tipo de ativo; (ii) tipo de garantia; (iii) status de atraso; (iv) prazo para pagamento das parcelas; (v) histórico de renegociação.

Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda

Para ativos financeiros disponíveis para venda, o Banco e suas controladas avalia se, em cada data do balanço, há evidência objetiva de que o ativo está abaixo do valor recuperável.

No caso de instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, avalia-se individualmente se há evidência objetiva de redução ao valor recuperável baseada no mesmo critério dos ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado. Porém, o montante registrado para redução ao valor recuperável é a perda cumulativa mensurada como a diferença entre o custo amortizado e o valor justo atual, menos qualquer perda com redução ao valor recuperável naquele investimento previamente reconhecida no resultado.

Receita de juros futura é baseada no valor contabilizado reduzido e é apropriada utilizando a taxa de juros usada para descontar o fluxo de caixa futuro usado para mensurar a perda com redução ao valor recuperável. A receita de juros é registrada como parte de “Receita de juros”. Se, em um período subsequente, o valor justo do instrumento de dívida aumenta e o aumento pode ser objetivamente relacionado com um evento de crédito que ocorreu depois que a perda com redução ao valor recuperável foi reconhecida no resultado, a perda com redução ao valor recuperável é revertida através do próprio resultado.

f. Empréstimos e adiantamentos a clientes e instituições financeiras

Os empréstimos e adiantamentos a clientes e instituições financeiras são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo, originados pelo Banco e por suas controladas, reconhecidos por ocasião do seu desembolso e que não existe intenção de venda no curto prazo. São baixadas quando o cliente paga sua obrigação, quando baixadas como prejuízo, quando não há expectativa de gerar fluxo de caixa futuro (inadimplência) e quando cedidas com transferência substancial de todos os riscos e benefícios. Os empréstimos e adiantamentos a clientes e instituições financeiras são inicialmente registrados pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo incremental diretamente atribuível e são subsequentemente mensurados pelo seu custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros, reduzido por qualquer perda por ajuste ao valor de recuperação. Para as operações ou parcelas de empréstimos e adiantamentos que sejam designados como objeto de *hedge*, e cujo relacionamento de *hedge* se qualifica para *hedge* contábil de valor justo, o valor de carregamento destas operações especificamente no que diz respeito ao risco *hedgeado* é ajustado a valor justo.

Operações de compra de ativos financeiros com compromisso de revenda são registradas como empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras. A diferença entre o preço de compra e revenda é tratado como juros e apropriado de forma exponencial ao longo do prazo da operação.

g. Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos originalmente recebidos em garantia que são retomados em ações de cobrança ou recebidos em “dação em pagamento” são inicialmente classificados na conta “ativos não circulantes mantidos para venda” e são registrados, no seu reconhecimento inicial, pelo menor valor entre seu valor justo, deduzidos dos custos esperados na venda, e o valor contábil dos empréstimos ou adiantamento concedido objeto da recuperação. São classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso, são avaliados quando no reconhecimento inicial e o seu valor justo deduzido dos custos esperados na venda. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda, e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

h. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico, excluindo os gastos com manutenção, deduzidas a depreciação acumulada e, se necessário, ajustado ao seu valor de recuperação.

O custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos gerados internamente inclui o custo de materiais e mão de obra direta, bem como quaisquer outros custos diretamente atribuíveis necessários à sua funcionalidade. *Software* adquirido, que seja necessário à funcionalidade do equipamento relacionado, é registrado como parte do equipamento. Quando as partes de um item possuem diferentes vidas úteis, e for praticável seu controle em separado, estas são contabilizadas como itens separados (principais componentes) dos ativos tangíveis.

A vida útil e os valores residuais dos bens são reavaliados e ajustados, se necessários, em cada data do balanço ou quando aplicáveis.

Ganhos e perdas com a venda de imobilizado de uso são registrados (pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) na demonstração do resultado, na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais”.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reparo ou manutenção de um item do imobilizado é reconhecido no valor do bem, quando for provável que os benefícios econômicos futuros incorporados ao bem fluam para o Banco e suas controladas, por mais de um ano, e o seu custo puder ser mensurado de maneira confiável. O valor contábil dos itens substituídos não é reconhecido. Demais custos de reparos e manutenção dos ativos tangíveis são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, quando aplicável, utilizando o método linear para baixar o custo do imobilizado ao seu valor residual ao longo de sua vida útil estimada. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas de itens do ativo imobilizado são as seguintes:

Descrição	Tempo de vida útil estimado
Móveis e equipamentos	10 anos
Sistema de Processamento de dados	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Em cada data das demonstrações financeiras, o Banco e suas controladas revisam os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto propriedades para investimentos e ativos fiscais diferidos) para determinar se há alguma indicação de *impairment*. se houver tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado

Para fins de avaliação da perda pela redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é maior que seu valor em uso e seu valor justo deduzido os custos de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de balanço para detectar indicações de que a perda tenha diminuído ou não exista mais. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida.

j. Depósitos e títulos emitidos

Os depósitos e títulos emitidos são as principais fontes de captação utilizadas pelo Banco e suas controladas para financiamento de suas operações.

São inicialmente mensurados a valor justo mais custos de transação e, subsequentemente, mensurados por seu custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

k. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando, como resultado de um evento passado, o Banco e suas controladas têm uma obrigação presente, legal ou construtiva, que pode ser estimada de modo confiável, e é provável que uma saída de benefícios econômicos será requerida para liquidar uma obrigação.

Provisões são determinadas pela expectativa de fluxos de caixa futuros descontado a uma taxa prefixada, a qual reflete a avaliação atual de mercado do valor monetário no tempo e os riscos específicos ao passivo.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

Passivos contingentes são:

- (a) uma possível obrigação decorrente de eventos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente dentro do controle da entidade; ou
- (b) uma obrigação presente que decorre de eventos passados, mas não é reconhecida porque:
 - (i) não é provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos seja exigida, a fim de liquidar a obrigação; ou

(ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com confiabilidade suficiente. Com relação às bases de mensuração das provisões, a entidade deverá buscar, segundo o IAS 37, a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, considerando:

- Os riscos e incertezas envolvidos;
- Quando relevante, o efeito financeiro produzido pelo desconto a valor presente dos fluxos de caixa futuros necessários para liquidar a obrigação;
- Os eventos futuros que possam alterar a quantia necessária para liquidar a obrigação.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável, são apenas divulgados nas demonstrações contábeis, quando relevantes.

l. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Banco e suas controladas tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Acordos de pagamento baseado em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*).

m. Imposto de renda e contribuição social

As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: imposto de renda (15% mais adicional de 10%), contribuição social (15% até agosto de 2015 e 20%, para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019). Também é observada pelo Banco e por suas controladas a prática contábil de constituição, no que for aplicável, de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base em expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos:

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido decorre de diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O benefício fiscal de prejuízos fiscais a compensar somente é reconhecido quando constatado que lucros tributáveis futuros serão gerados em montantes suficientes para sua compensação.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida no resultado, exceto quando estão relacionados com avaliação a valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda quando são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido.

n. Juros

As receitas e despesas de juros são apresentadas em rubricas contábeis de receita de juros e despesas de juros, no resultado líquido de juros, para todos os instrumentos financeiros utilizando o método da taxa efetiva de juros.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os pagamentos e recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro com base nos contratos, para o valor corrente atual de balanço dos ativos e passivos financeiros. A taxa efetiva de juros é estabelecida no reconhecimento inicial dos ativos e passivos financeiros e é revista subsequentemente em casos de renegociações de empréstimos e adiantamentos que impliquem em mudança no seu fluxo estimado de pagamentos.

Para o cálculo da taxa efetiva de juros são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais dos instrumentos financeiros, não considerando, no entanto, perdas de crédito futuras. O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todos os encargos incrementais diretamente atribuíveis aos empréstimos, que incluem equalizações de taxas, ágios e deságios, e custos da transação que puderam ser atribuídos diretamente.

No que se refere aos instrumentos financeiros mantidos para negociação, o componente de juros inerente à variação no valor justo não é separado e é classificado na rubrica de resultado de instrumentos financeiros mantidos para negociação.

O ajuste decorrente de variação no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos mantidos para gestão de riscos que se qualificam para hedge contábil do tipo hedge de valor justo são contabilizados como receitas e despesas de juros, no resultado líquido de juros, mesmas rubricas onde são registrados os ajustes de variação no valor justo das exposições ao risco de taxa de juros, objeto de hedge.

o. Resultado líquido de serviços e comissões

As receitas e as despesas de taxas e comissões que são incrementais e diretamente atribuíveis aos ativos financeiros integram a taxa efetiva de juros dos empréstimos e são apropriadas ao resultado nas rubricas de receitas ou despesas de juros ao longo dos prazos das operações.

As demais receitas de taxas e comissões, que incluem comissões, taxas de administração de fundos de investimentos e outras, são reconhecidas à medida que os serviços relacionados são prestados.

Receitas e despesas de honorários e comissões são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado utilizando-se critérios que variam de acordo com a sua natureza. Os principais critérios são:

- As receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, são reconhecidas quando pagas.
- As receitas e despesas de tarifas e comissões, resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo, são diferidas no prazo dessas operações.

p. Patrimônio líquido

(i) Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

(ii) Lucro por ação

O Banco e suas controladas apresentam dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo o lucro líquido atribuível aos acionistas do Banco e suas controladas pela média ponderada das ações em circulação durante o ano, excluindo a quantidade média das ações adquiridas pelo Banco e suas controladas e mantidas em tesouraria. O lucro por ação diluído difere do lucro por ação básico, pois há instrumentos potenciais diluíveis, conforme descrito na nota 24.

(iii) Recompra e remissão de ações (ações em tesouraria)

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

(iv) Dividendos a pagar

O Pagamento de dividendo mínimo obrigatório é realizado em percentual que poderá ser uniforme ou variável em cada trimestre, mas que deverá perfazer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido de cada exercício social. Os Juros sobre o capital próprio são imputados aos dividendos mínimos.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras os juros sobre o capital próprio pagos e a pagar são eliminados das despesas de juros e são apresentados a débito do patrimônio líquido, como distribuição de dividendos.

q. Segmentos operacionais

A IFRS 8 requer a divulgação de informações financeiras de segmentos operacionais da entidade tendo como base as divulgações internas que são utilizadas pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos e para avaliar a sua performance. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos, pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e que responde pela tomada de decisões estratégicas do Consolidado, é a Administração do Banco e suas controladas, que é composta pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

Uma divulgação detalhada dos resultados por segmentos é apresentada na nota explicativa 5.

4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data base destas demonstrações financeiras e não foram adotados antecipadamente.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e mensuração

O IFRS 9 - Instrumentos financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiro. O referido pronunciamento substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

(i) Classificação - Ativos Financeiros

O IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

O IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

De acordo com o IFRS 9, os derivativos embutidos em contratos onde o hospedeiro é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido como um todo é avaliado para sua classificação.

(ii) Redução no valor recuperável (*Impairment*) - Ativos Financeiros

A IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” do IAS 39 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com o IFRS 9, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e

Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo; o Banco e suas controladas optaram por aplicar esta política também para contas a receber de clientes e ativos contratuais com um componente de financiamento significativo.

(iii) Impacto estimado da adoção da IFRS 9

Durante o segundo semestre de 2017, o Banco e suas controladas realizaram simulações de cálculo da perda esperada, com base nos requerimentos do IFRS 9, de cada carteira considerando as seguintes variáveis apuradas historicamente: (a) probabilidade de *default* - chance do contrato entrar em prejuízo; (b) perda dado o prejuízo - percentual do saldo devedor perdido dado que o contrato entrou em prejuízo; (c) exposição da carteira - montante em cada faixa de atraso entre os contratos.

Multiplicando-se estas variáveis chega-se na perda esperada em um ano. Para a carteira de imobiliário utiliza-se o LTV (*Loan-to-value*) ponderado de forma a considerar as garantias dos contratos.

Preliminarmente, os impactos foram obtidos com base na melhor estimativa da Administração do Banco e suas controladas, sendo que os cálculos e os controles internos suficientes para realização estão em constante avaliação levando-se em conta as variáveis que podem ter impacto significativo dado o perfil de negócios do Banco e suas controladas. Tais variáveis podem ser descritas como: (a) concentração dos empréstimos e adiantamentos a cliente em empréstimos e financiamentos imobiliários; (b) baixo valor dos empréstimos em relação à garantia recebida, ou seja, baixo LTV quando comparado com o mercado, e; (c) cenário macroeconômico em evolução, sinalizando que os níveis de perda poderão ser inferiores aqueles observados nos últimos anos.

A Administração do Banco e suas controladas ressalta que trata-se de uma estimativa inicial e preliminar, tendo que os cálculos finais estão ainda em elaboração e que os mesmos podem ter um impacto diferente daquele esperado com base na estimativa preliminar.

A Administração entende que esses fatores estão sendo levados em consideração na determinação da metodologia para obtenção da perda esperada, e tem impacto direto no nível de provisionamento, quando comparado com aquele demonstrado nestas demonstrações financeiras consolidadas.

(iv) Divulgações

A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de hedge, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação do Banco e suas controladas incluiu uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas nos processos atuais e o Banco e suas controladas está em processo de implementação de mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos.

(v) Transição

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir:

- O Banco e suas controladas irá aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018.

As seguintes avaliações devem ser efetuadas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial:

A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido.

A designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado.

A designação de determinados investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação como valor justo em outros resultados abrangentes.

IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes

Requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. O IFRS 15 substitui a IAS 18, a IAS11, bem como as interpretações relacionadas (IFRICs 13,15 e 19). Efetivo para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os novos requerimentos não terão um impacto significativo decorrentes da adoção dessa alteração.

IFRS 16 - Leasing

As principais alterações em relação a IAS 17 para arrendatários são: (i) não há mais a classificação em *leasing* operacional e financeiro; e (ii) todas as operações de arrendamento mercantil são ativadas e lançadas em passivo, devendo-se reconhecer juros e passivos em depreciações/amortizações, utilizando-se o procedimento do atual *leasing* financeiro. Existem isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de itens de baixo valor. A contabilidade de arrendador permanece semelhante ao padrão atual, classificando os arrendamentos como financeiros ou operacionais. A IFRS16 substitui a IAS17 e será aplicável a partir de 1º janeiro de 2019 e os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados, e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma

5 Segmentos operacionais

As informações por segmento foram elaboradas considerando os critérios utilizados pelo principal tomador de decisões operacionais na avaliação de desempenho, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, considerando-se o ambiente regulatório e as semelhanças entre produtos e serviços.

As operações do Banco e suas controladas estão divididas basicamente em três segmentos: bancário, títulos e valores mobiliários e corretagem de seguros.

As diversas informações contábeis utilizadas pela Administração na avaliação do desempenho e no processo decisório são preparadas de acordo com as leis, normas e práticas contábeis de reconhecimento e mensuração aplicáveis às instituições financeiras no Brasil, conforme determinado pelo Banco Central do Brasil. O Banco e suas controladas apresentam os resultados por segmento de acordo com esse arcabouço normativo, uma vez que esses resultados são reportados ao principal gestor das operações para fins de tomada de decisão sobre a alocação de recursos ao segmento e de avaliação do seu desempenho.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais reportáveis diferem daquelas descritas no resumo das principais políticas contábeis em IFRS principalmente em função de:

a. Reconhecimento de Ativos

Os ativos financeiros objetos de operações de venda ou de transferência com retenção substancial dos riscos e benefícios, ou seja, as operações em que o vendedor ou cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, que representam a totalidade da carteira de cessão, foram assim registrados conforme estabelece o parágrafo 29º da IAS 39:

- o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência deve permanecer, na sua totalidade, registrado no ativo;
- os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida;
- as receitas e as despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do exercício pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

b. Perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos a clientes

Com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, as perdas por valor recuperável em empréstimos e adiantamentos a clientes são obtidas seguindo os critérios de classificação dos empréstimos e adiantamentos a clientes editados pela Resolução CMN nº 2.682/99.

Entretanto, as IFRS's requerem um novo modelo de provisionamento baseado na "perda incorrida", conforme estabelece o parágrafo 58 da IAS 39. Deste modo, para aplicação da norma, o Banco e suas controladas elaboraram Política que contempla novo modelo de provisionamento de risco de crédito com base na perda incorrida, com o objetivo de fornecer de maneira mais transparente as evidências de perdas em seus empréstimos e adiantamentos a clientes.

Referido modelo, realiza a estimativa por natureza dos empréstimos e adiantamentos, assim segregada: a) crédito pessoal e cartões de crédito; b) crédito imobiliário e c) demais operações com pessoas jurídicas, sendo este modelo entendido pela administração como adequado ao perfil da carteira de crédito do Banco e suas controladas.

Com base nos parâmetros para análise das evidências objetivas de perda, foram efetuados novos cálculos sobre os empréstimos e adiantamentos a clientes do Banco e suas controladas e gerados novos valores de perda por redução ao valor recuperável, conforme política apresentada na nota explicativa 3e (viii).

c. Bens não de uso

Os bens não de uso são principalmente os ativos recebidos pelo Banco e suas controladas na liquidação de empréstimos e adiantamentos a clientes. Os bens não de uso são registrados em outros ativos no ato da efetiva execução da garantia ou quando sua posse física é obtida, independentemente de um processo de execução.

Os bens não de uso são registrados inicialmente pelo menor valor entre (i) o valor justo do ativo, descontados os custos estimados para sua venda; ou (ii) o valor contábil do empréstimo concedido objeto de recuperação.

Na medida em que os bens não de uso reúnam as condições necessárias para sua alienação, em conformidade com a IFRS 5, são reclassificados para o grupamento de ativos não circulantes mantidos para venda.

A IFRS 13 trata a mensuração do valor justo prevista pela IFRS 5 como uma mensuração não recorrente, pois somente ocorre quando o valor justo de um ativo não corrente disponível para venda, menos os custos para vendê-lo, é inferior ao seu valor contábil líquido.

Mediante as referidas práticas contábeis, o Banco e suas controladas calcula o valor recuperável desses ativos.

d. Diferimento de encargos financeiros

As normas de contabilidade societária aplicadas às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil preveem que certos encargos relacionados a determinados ativos financeiros sejam reconhecidos no resultado no momento da originação da operação, outros encargos tais como, comissões pagas a correspondentes são registrados em rubrica de “outros ativos - despesas antecipadas” e reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo das respectivas operações na rubrica “despesas de serviços e comissões”.

Resultado gerencial por Segmento

A mensuração do resultado gerencial por segmentos leva em conta todas as receitas e despesas apuradas pelas empresas que compõem cada segmento, conforme distribuição apresentada a seguir. Não há receitas ou despesas comuns alocadas entre os segmentos por qualquer critério de distribuição.

As transações intersegmentos são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

O Banco e suas controladas não possuem cliente que seja responsável por mais de 10% da sua receita líquida total.

e. Segmento bancário

O segmento bancário é responsável pela parcela substantiva do resultado do Grupo, e compreende uma grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, empréstimos e adiantamentos a clientes e prestação de serviços, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição no país.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo realizados pela rede e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal realizados por correspondentes bancários.

f. Segmento de títulos e valores mobiliários

Esse segmento é responsável essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras, instituição, organização e administração de fundos de investimentos. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

g. Segmento de corretagem de seguros

Nesse segmento são oferecidos produtos e serviços relacionados a garantias, seguros de vida, patrimonial e automóvel. As receitas de comissões de corretagem de seguros são reconhecidas quando é provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade. As receitas compreendem as contraprestações recebidas ou a receber pela prestação do serviço.

Demonstração do resultado gerencial por segmento

	31/12/2017			
	Bancário	Títulos e valores mobiliários	Corretagem de Seguros	Consolidado gerencial
Receitas da intermediação financeira				
Operações de crédito	444.775	-	-	444.775
Rendas de operações de câmbio	639	-	-	639
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	59.596	59	-	59.655
Resultado com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	40.175	42	288	40.505
Operações de vendas de transf. de ativos financeiros (receita)	627	-	-	627
	545.812	101	288	546.201
Despesas da intermediação financeira				
Operações de captação no mercado	(272.539)	-	-	(272.539)
Obrigações empréstimos e repasses	(2.949)	-	-	(2.949)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(50.673)	-	-	(50.673)
Operações de vendas de transf. de ativos financeiros (despesa)	(1.289)	-	-	(1.289)
	(327.450)	-	-	(327.450)
Resultado bruto da intermediação financeira	218.362	101	288	218.751
Outras receitas (despesas) operacionais				
Rendas de prestação de serviços	20.293	3.068	19.070	42.431
Despesas de Pessoal	(77.975)	(1.338)	(12.908)	(92.221)
Outras despesas administrativas	(90.079)	(538)	(911)	(91.528)
Despesas tributárias	(14.662)	(309)	(1.181)	(16.152)
Resultado de participações em controladas	7.315	-	-	7.315
Outras despesas operacionais	(14.388)	(11)	-	(14.399)
Outras receitas operacionais	12.913	11	-	12.924
	(156.583)	883	4.070	(151.630)
Resultado operacional	61.779	984	4.358	67.121
Resultado não operacional	(10.225)	-	-	(10.225)

Banco Inter S.A. e suas Controladas
Demonstrações Financeiras
Consolidadas em IFRS em
31 de dezembro de 2017

Resultado antes da tributação sobre o lucro	51.554	984	4.358	56.896
Imposto de renda e contribuição social corrente	1.066	(173)	(2.149)	(1.256)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(4.462)	(246)	-	(4.708)
	<u>(3.396)</u>	<u>(419)</u>	<u>(2.149)</u>	<u>(5.964)</u>
Resultado do exercício	<u>48.158</u>	<u>565</u>	<u>2.209</u>	<u>50.932</u>
Total dos ativos	3.580.884	3.767	5.331	3.589.982
Total dos passivos	3.197.792	2.201	1.870	3.201.863
Total do patrimônio líquido	383.092	1.566	3.461	388.119

	<u>31/12/2016</u>			
	Bancário	Títulos e valores mobiliários	Corretagem de Seguros	Consolidado gerencial
Receitas da intermediação financeira				
Operações de crédito	489.398	-	-	489.398
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	51.805	16	-	51.821
Resultado com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	21.653	110	227	21.990
Operações de vendas de transf. de ativos financeiros (receita)	4.236	-	-	4.236
	567.092	126	227	567.445
Despesas da intermediação financeira				
Operações de captação no mercado	(313.196)	-	-	(313.196)
Obrigações empréstimos e repasses	(2.753)	-	-	(2.753)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(85.656)	-	-	(85.656)
Operações de vendas de transf. de ativos financeiros (despesa)	(5.138)	-	-	(5.138)
	(406.743)	-	-	(406.743)
Resultado bruto da intermediação financeira	160.349	126	227	160.702
Outras receitas (despesas) operacionais				
Rendas de prestação de serviços	14.620	768	9.286	24.674
Despesas de pessoal	(62.702)	(1.123)	(6.326)	(70.151)
Outras despesas administrativas	(61.839)	(484)	(345)	(62.668)
Despesas tributárias	(15.482)	(81)	(514)	(16.077)
Resultado de participações em controladas	(2.454)	-	-	(2.454)
Outras receitas operacionais	15.558	8	1	15.567
Outras despesas operacionais	(11.397)	-	-	(11.397)
	(123.696)	(912)	2.102	(122.506)
Resultado operacional	36.653	(786)	2.329	38.196
Resultado não operacional	(8.608)	-	-	(8.608)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	28.045	(786)	2.329	29.588
Imposto de renda e contribuição social corrente	(13.120)	-	(1.064)	(14.184)
Imposto de renda e contribuição social diferido	10.539	330	-	10.869
	(2.581)	330	(1.064)	(3.315)
Resultado do exercício	<u>25.464</u>	<u>(456)</u>	<u>1.265</u>	<u>26.273</u>
Total dos ativos	3.185.372	2.247	1.926	3.189.545
Total dos passivos	2.839.824	1.246	561	2.841.631
Total do patrimônio líquido	345.548	1.001	1.365	347.914

Banco Inter S.A. e suas Controladas
Demonstrações Financeiras
Consolidadas em IFRS em
31 de dezembro de 2017

	31/12/2015			
	Bancário	Títulos e valores mobiliários	Corretagem de Seguros	Consolidado gerencial
Receitas da intermediação financeira				
Operações de crédito	366.903	-	-	366.903
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	26.809	10	-	26.819
Resultado com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	36.676	166	335	37.177
Operações de vendas de transf. de ativos financeiros (receita)	16.224	-	-	16.224
	446.612	176	335	447.123
Despesas da intermediação financeira				
Operações de captação no mercado	(218.724)	-	-	(218.724)
Obrigações empréstimos e repasses	(2.114)	-	-	(2.114)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(65.772)	-	-	(65.722)
Operações de vendas de transf. de ativos financeiros (despesa)	(16.523)	-	-	(16.523)
	(303.133)	-	-	(303.133)
Resultado bruto da intermediação financeira	143.479	176	335	143.990
Outras receitas (despesas) operacionais				
Rendas de prestação de serviços	13.204	335	5.932	19.471
Despesas de pessoal	(57.612)	(626)	(1.526)	(59.764)
Outras despesas administrativas	(49.469)	(314)	(308)	(50.091)
Despesas tributárias	(15.903)	(41)	(458)	(16.402)
Resultado de participações em controladas	631	-	-	631
Outras receitas operacionais	9.774	-	9	9.783
Outras despesas operacionais	(14.957)	(1)	-	(14.958)
	(114.332)	(647)	3.649	(111.330)
Resultado operacional	29.147	(471)	3.984	32.660
Resultado não operacional	(709)	-	-	(709)
	28.438	(471)	3.984	31.951
Resultado antes da tributação sobre o lucro				
Imposto de renda e contribuição social corrente	(13.629)	-	(739)	(14.368)
Imposto de renda e contribuição social diferido	9.582	169	-	9.751
	(4.047)	169	(739)	(4.617)
Resultado do exercício	24.391	(302)	3.245	27.334
Total dos ativos	2.523.477	1.524	4.445	2.529.446
Total dos passivos	2.195.045	67	501	2.195.613
Total do patrimônio líquido	328.432	1.457	3.944	333.833

Conciliação do resultado gerencial por segmento com o resultado consolidado de acordo com o IFRS

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Receitas			
Total de receitas reportadas por segmento	546.201	567.445	447.123
Reconciliação para IFRS	(48.627)	10.505	43.589
Eliminação de receitas inter-segmento	(347)	(249)	(365)
Receita consolidada	497.227	577.701	490.347
Resultado do exercício			
Total de lucro reportado por segmento	50.932	26.273	27.334
Eliminação de lucros inter-segmento	(2.172)	(338)	(2.132)
Reconciliação para IFRS	(1.079)	(106)	8.504
Resultado consolidado	47.681	25.829	33.706
Ativos			
Total de ativos reportados por segmento	3.589.982	3.189.545	2.529.446
Eliminação de ativos inter-segmento	(11.746)	(5.270)	(9.151)
Reconciliação para IFRS	6.539	7.618	7.724
Total de ativos consolidados	3.584.775	3.191.893	2.528.019
Passivos			
Total de passivos reportados por segmento	3.201.863	2.841.631	2.195.613
Eliminação de passivos inter-segmento	(7.697)	(3.309)	(4.736)
Total de passivos consolidados	3.194.166	2.838.322	2.190.877
Patrimônio líquido			
Patrimônio líquido reportado por segmento	388.119	347.914	333.833
Eliminação de patrimônio líquido inter-segmento	(4.049)	(1.961)	(4.415)
Reconciliação para IFRS	6.539	7.618	7.724
Patrimônio líquido consolidado	390.609	353.571	337.142

6 Gerenciamento de riscos financeiros

O gerenciamento de riscos no Banco e suas controladas contempla os riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional. As atividades de gestão são realizadas por estruturas específicas e especializadas, conforme políticas, estratégias e processos descritos em cada um desses riscos.

Essa estrutura de gestão permite identificar e mensurar possíveis impactos e soluções para garantir a continuidade, perenidade e qualidade dos negócios do Banco e suas controladas.

Visando garantir a antecipação às eventuais alterações provocadas por cenários e/ou situações de mercado que possam resultar na concretização dos riscos identificados, o Banco e suas controladas adotam uma postura proativa e conservadora na gestão de riscos, considerando principalmente os objetivos estratégicos do Banco e suas controladas, antecipando-se a possíveis mudanças, além de ações mitigadoras com foco nas suas exposições, mapeando suas deficiências através de levantamento dos processos, respeitando limites estabelecidos em suas políticas e na legislação pertinente.

O modelo adotado pelo Banco e suas controladas envolve uma estrutura de áreas e comitês garantindo:

- Segregação de função;

- Estrutura específica para gestão de riscos;
- Processo de gestão definido;
- Decisões em diversos níveis hierárquicos;
- Normas claras e estrutura de alçadas; e
- Referência às melhores práticas de gestão.

As práticas de gerenciamento de riscos adotadas pelo Banco e suas controladas estão em consonância com as recomendações do Pilar III do Comitê da Basileia, tanto para os aspectos qualitativos, quanto para os quantitativos.

As estruturas de governança e de alçadas, os processos de monitoramento e outros aspectos de gestão ajuda a otimizar seus recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios maximizando valor para o acionista, com base em uma metodologia compatível com o seu porte, oferecendo respaldo para mensurar, alinhar, coordenar e concluir sobre a efetividade de sua gestão.

O Banco e suas controladas entendem ainda, que a gestão de riscos de suas operações e atividades é imprescindível para o êxito dos negócios, proporcionando valorização da empresa e garantindo bons resultados para os recursos próprios e de terceiros.

Assim, a diretriz institucional é no sentido de que os riscos sejam gerenciados, de forma a que se situem nos limites e margens estabelecidas pela Administração.

a. Risco de crédito

A definição de risco de crédito compreende, entre outros:

- **Risco de contraparte:** possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo aquelas relativas à liquidação de instrumentos financeiros derivativos.
- **Risco de comitente:** possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante.
- **Risco de intermediadora:** possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de empréstimos e adiantamentos a clientes.
- **Risco de concentração:** possibilidade de perdas de crédito decorrentes de exposições significativas a um tomador ou contraparte, a um fator de risco ou a grupos tomadores ou contrapartes relacionadas por meio de características comuns.

O gerenciamento do risco de crédito é realizado com base nas melhores práticas de mercado e segue as normas de supervisão e de regulação bancária. Objetiva identificar, avaliar, controlar, mitigar e monitorar o risco das exposições, contribuir para a manutenção da solidez e da solvência do Banco e suas controladas e garantir o atendimento dos interesses dos acionistas.

Com o intuito de assegurar que o processo de crédito esteja alinhado aos objetivos estratégicos, o Banco e suas controladas estabelecem na sua Política de Risco de Crédito:

- A avaliação da capacidade de pagamento e probabilidade de perda de cada cliente;
- A instituição de limites para operações com pessoas físicas e jurídicas;
- A definição da forma como o crédito será liberado ao cliente; e
- O acompanhamento e monitoramento das carteiras sujeitas ao Risco de Crédito.

O Banco e suas controladas possuem um processo estruturado com objetivo de manter a diversificação de sua carteira em relação à concentração de maiores devedores por região geográfica, segmento e por setor de atividade.

Mitigação das Exposições

Para manter as exposições dentro dos níveis de risco estabelecidos pela alta direção, o Banco e suas controladas buscam agregar instrumentos mitigadores de risco de crédito. Para isso, adotam algumas ações como:

- A exposição ao risco de crédito é mitigada por meio da estruturação de garantias, adequando o nível de risco a ser incorrido às características do tomador e operação no momento da concessão e operações de derivativos com intenção de hedge;
- Adicionalmente, o monitoramento dos indicadores está diretamente ligado à proposta de alternativas de mitigação sempre que o comportamento da exposição a risco de crédito de alguma unidade, região, produto ou segmento requerer;
- A implantação de medidas de mitigação de risco de crédito ocorre por meio do reposicionamento de produtos, envolvendo garantias, processo operacional ou níveis de aprovação de operação.

Além das ações descritas, para vinculação de garantia, os bens são submetidos à avaliação técnica ou avaliação por meio de opinião de valor, cujo prazo de validade é de até doze meses. No caso de garantia pessoal, é analisada a situação econômico financeira dos avalistas ou fiadores, além das suas responsabilidades diretas e indiretas, sendo ponderadas as dívidas com terceiros, em especial as dívidas fiscais, previdenciárias e trabalhistas.

As normas de crédito orientam as unidades operacionais de forma clara e abrangente e aborda, entre outros aspectos, a classificação, exigência, escolha, avaliação, formalização, controle e reforço de garantias, assegurando a adequação e suficiência do mitigador durante todo o ciclo da operação.

Não houve alterações nas exposições a riscos em que o Banco e suas controladas estão submetidos em relação ao ano anterior. Adicionalmente, o Banco e suas controladas vêm aprimorando os aspectos internos de gerenciamento e mitigação de riscos.

Mensuração

A mensuração do risco de crédito no Banco e suas controladas é realizada considerando os seguintes aspectos:

- No momento da concessão do crédito, é realizada uma avaliação da capacidade financeira do cliente por meio da aplicação de métodos qualitativos e quantitativos, assegurando-se a coleta contínua de informações inclusive de mercado que suportem a adequação do nível de risco no decorrer da operação;
- A avaliação é realizada na visão de contraparte, considerando-se as informações de grupo econômico e garantidores quando aplicável. A exposição ao risco de crédito também é mensurada em cenários extremos, fazendo uso de técnicas de estresse e análise de cenários. Os modelos aplicados para atribuição de rating aos clientes e às operações são revisados periodicamente para assegurar a aderência ao cenário macroeconômico e às perdas reconhecidas;
- O controle do risco de crédito ocorre também por meio do monitoramento mensal no Painel de Indicadores de Crédito que é apresentado mensalmente ao Comitê de Gestão de Riscos e Capital;
- A distribuição das carteiras por faixas de atraso é monitorada com o objetivo de identificar tendências ou mudanças de comportamento da inadimplência da carteira de crédito antes que se tornem perda, possibilitando a adoção de medidas tempestivas de gestão quando necessárias;
- A perda realizada reflete o nível de risco dos empréstimos e adiantamentos a clientes em estoque e permite o monitoramento e controle do nível de exposição da carteira nas granularidades mencionadas, subsidiando a adoção de medidas de mitigação de risco;
- A perda esperada consiste na projeção dos níveis de risco da carteira de crédito. O seu cálculo é realizado com base no comportamento histórico do atraso e na distribuição da carteira por produto e nível de risco. Ela é um insumo fundamental ao processo de precificação dos empréstimos e adiantamentos a clientes;
- Além da mensuração e monitoramento de indicadores em situação de normalidade, são realizadas simulações de alterações no ambiente de negócios e no cenário econômico com o objetivo de antever os impactos destas modificações nos níveis de exposição a riscos, provisão e equilíbrio destas carteiras, além de subsidiar o processo de revisão dos limites de exposição e da política de risco de crédito;

Banco Inter S.A. e suas Controladas
Demonstrações Financeiras
Consolidadas em IFRS em
31 de dezembro de 2017

	31/12/2017		
	Baixo Risco	Alto Risco	Total
Empréstimos e adiantamentos a clientes			
Crédito Empresas	352.135	11.865	364.000
Crédito Imobiliário	1.256.039	74.611	1.330.650
Crédito Pessoal	760.063	41.530	801.593
Cartão	61.243	178	61.421
Outros créditos com característica de concessão de crédito	41.529	2.534	44.063
	2.471.009	130.718	2.601.727
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras			
Aplicações em operações compromissadas	1.216	-	1.216
Aplicações em depósitos interfinanceiros	87.979	-	87.979
Repasse interfinanceiros	1.717	-	1.717
	90.912	-	90.912
Instrumentos financeiros derivativos			
<i>Swap</i>	4.089	-	4.089
	4.089	-	4.089
	31/12/2016		
	Baixo Risco	Alto Risco	Total
Empréstimos e adiantamentos a clientes			
Crédito Empresas	244.797	23.641	268.438
Crédito Imobiliário	1.122.515	100.355	1.222.870
Crédito Pessoal	812.935	31.235	844.170
Cartão	9.811	46	9.857
Outros créditos com característica de concessão de crédito	3.430	13.011	16.441
	2.193.488	168.288	2.361.776
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras			
Repasse interfinanceiros	439	-	439
	439	-	439
Instrumentos financeiros derivativos			
<i>Swap</i>	326	-	326
	326	-	326
	31/12/2015		
	Baixo Risco	Alto Risco	Total
Empréstimos e adiantamentos a clientes			
Crédito Empresas	236.011	37.060	273.071
Crédito Imobiliário	927.036	42.973	970.009
Crédito Pessoal	851.999	21.897	873.896
Cartão	142	-	142
Outros créditos com característica de concessão de crédito	19.725	3.131	22.856
	2.034.913	105.061	2.139.974
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras			
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.104	-	1.104
Repasse interfinanceiros	237	-	237
	1.341	-	1.341

(i) *Exposição máxima ao risco de crédito:*

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Exposição ao risco de crédito			
Saldos de "Caixa e equivalentes de caixa"	472.262	532.141	230.287
Instrumentos financeiros derivativos	4.089	326	-
Empréstimos e adiantamento a instituições financeiras	90.912	439	1.341
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido de provisão para perdas	2.516.122	2.245.669	2.063.017
Ativos financeiros disponíveis para venda	314.408	248.256	117.982
Subtotal	3.397.793	3.026.831	2.412.627
Avais e fianças prestados	215	99	-
Total de exposição ao risco de crédito	3.398.008	3.026.930	2.412.627

As operações são limitadas a R\$15 milhões para pessoas jurídicas e 1% do Patrimônio de Referência para pessoas físicas. Empréstimos e adiantamentos a clientes com valores superiores aos mencionados é necessária a aprovação do Conselho de Administração. Para produtos com garantia de imóveis é avaliado o LTV e em geral, o valor financiado é inferior ao valor do bem recebido em garantia. Demais produtos são diretamente vinculados ao desconto em folha de pagamento.

(ii) *Descrição das garantias*

Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de crédito são submetidos à criteriosa avaliação de crédito preliminar à contratação e desembolso e ao longo do prazo das operações. As análises de crédito se baseiam no entendimento das características operacionais dos clientes, sua capacidade de endividamento, considerando fluxo de caixa, histórico de pagamentos, reputação creditícia e consideram, subsidiariamente, as garantias que podem suportar estas operações.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 11, estão representados principalmente por operações de:

- As operações de capital de giro, empréstimo pessoal e cartão de crédito são garantidas por recebíveis, notas promissórias, avais e fianças prestadas pelos seus proprietários e ocasionalmente por garantias reais;
- Financiamentos imobiliários são suportados por garantias reais;
A carteira de ativos financeiros disponíveis para venda é constituída em sua grande maioria por títulos do governo federal, entendidos como de risco mínimo e quotas de fundos de investimento, em geral garantidas por notas promissórias e avais.

Bens recebidos em garantia de empréstimos e adiantamentos a clientes, quando retomados, são vendidos através de leilões públicos, livres de quaisquer débitos ou bloqueios, com divulgação em jornais de grande circulação, atraindo assim o maior número de interessados para compra, com o objetivo de atingir o maior valor possível de venda, considerando o estado de conservação do bem, condições de mercado, e o bem ser vendido sem garantia mecânica ou de funcionamento.

Garantias de empréstimos e financiamentos imobiliários

As tabelas a seguir estruturam as exposições de crédito de empréstimos imobiliários e adiantamentos a clientes de varejo por escalas de relação empréstimo / valor garantido (LTV). O LTV é calculado como a proporção do valor bruto do empréstimo ou o valor comprometido dos empréstimos com o valor da garantia. Os valores brutos excluem qualquer provisão para redução ao valor recuperável. A avaliação da garantia de empréstimos imobiliários se baseia no valor atualizado, com base em mudanças nos índices dos preços dos imóveis:

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Menor que 30%	247.173	226.990	203.818
31 - 50%	494.246	381.699	289.658
51 - 70%	429.299	402.552	291.797
71 - 90%	122.813	149.947	156.745
Maior que 90%	5.886	7.048	8.795
	<u>1.299.417</u>	<u>1.168.236</u>	<u>950.813</u>

Percentual de cobertura dos ativos recebidos em garantia

Ativo	% de cobertura
Empréstimos e adiantamentos a clientes	
Crédito Empresas	100%
Crédito Pessoal	100%
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	
Repasse interfinanceiros	100%
Instrumentos financeiros derivativos	
Swap	100%

(i) **Concentração da carteira de crédito e adiantamentos a clientes:**

A concentração da carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes do Banco e suas controladas é composta a seguir:

Análise da composição do saldo de empréstimos e adiantamentos a clientes por setor de atividade:

	31/12/2017		31/12/2016		31/12/2015	
	Saldo	%	Saldo	%	Saldo	%
Setor privado						
- Imobiliário	1.330.650	51,14%	1.222.870	51,78%	970.009	45,43%
- Pessoas físicas	801.593	30,81%	844.170	35,74%	873.896	40,84%
- Empresas	364.000	13,99%	268.438	11,37%	273.071	12,76%
- Outros créditos com característica de concessão de crédito	105.484	4,05%	26.298	1,11%	22.998	1,07%
Total da Carteira	<u>2.601.727</u>	<u>100,00%</u>	<u>2.361.776</u>	<u>100,00%</u>	<u>2.139.974</u>	<u>100,00%</u>

A concentração da carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes do Banco e suas controladas é composta a seguir:

Banco Inter S.A. e suas Controladas
Demonstrações Financeiras
Consolidadas em IFRS em
31 de dezembro de 2017

	31/12/2017		31/12/2016		31/12/2015	
	Saldo	% sobre Empréstimos e adiantamentos a clientes	Saldo	% sobre Empréstimos e adiantamentos a clientes	Saldo	% sobre Empréstimos e adiantamentos a clientes
Maior devedor	26.217	1,01%	19.809	0,84%	9.704	0,45%
Total dos 20 maiores devedores	158.230	6,08%	124.846	5,29%	100.859	4,71%
Total dos 50 maiores devedores	258.487	9,94%	195.906	8,29%	183.404	8,57%
Total dos 100 maiores devedores	356.899	13,72%	276.300	11,70%	274.866	12,84%
Demais devedores	1.801.894	69,26%	1.744.915	73,88%	1.571.141	73,43%
Total da Carteira	2.601.727	100,00%	2.361.776	100,00%	2.139.974	100,00%

A composição dos empréstimos e adiantamentos a clientes distribuídos por faixa de vencimento é apresentada a seguir:

	31/12/2017		
	A vencer	Vencidos	Total
Parcelas vincendas			
- a vencer até 180 dias	376.117	-	376.117
- a vencer entre 181 e 360 dias	376.009	-	376.009
- a vencer acima de 360 dias	1.799.036	-	1.799.036
Total vincendas	2.551.162	-	2.551.162
Parcelas vencidas			
- vencidos a partir de 15 dias	-	50.565	50.565
Total vencidas	-	50.565	50.565
Total da Carteira	2.551.162	50.565	2.601.727
	31/12/2016		
	A vencer	Vencidos	Total
Parcelas vincendas			
- a vencer até 180 dias	286.161	-	286.161
- a vencer entre 181 e 360 dias	469.210	-	469.210
- a vencer acima de 360 dias	1.540.349	-	1.540.349
Total vincendas	2.295.720	-	2.295.720
Parcelas vencidas			
- vencidos a partir de 15 dias	-	66.056	66.056
Total vencidas	-	66.056	66.056
Total da Carteira	2.295.720	66.056	2.361.776
	31/12/2015		
	A vencer	Vencidos	Total
Parcelas vincendas			
- a vencer até 180 dias	297.841	-	297.841
- a vencer entre 181 e 360 dias	451.948	-	451.948
- a vencer acima de 360 dias	1.348.188	-	1.348.188
Total vincendas	2.097.977	-	2.097.977
Parcelas vencidas			
- vencidos a partir de 15 dias	-	41.997	41.997
Total vencidas	-	41.997	41.997
Total da Carteira	2.097.977	41.997	2.139.974

A provisão dos empréstimos e adiantamentos a clientes considera a classificação da carteira da seguinte forma:

- Não vencidos e não sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável;
- Vencidos e não sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável;
- Sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável.

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Não vencidos e não sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável	2.511.849	2.241.978	2.059.734
Vencidos e não sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável	4.273	3.691	3.283
Sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável	85.605	116.107	76.957
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes	2.601.727	2.361.776	2.139.974
Perdas por redução ao valor recuperável	(85.605)	(116.107)	(76.957)
Total líquido	2.516.122	2.245.669	2.063.017

b. Risco de liquidez

Define-se como Risco de liquidez a possibilidade do Banco e suas controladas não serem capazes de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e a possibilidade do Banco e suas controladas não conseguirem negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A estrutura de gerenciamento do Risco de liquidez é segregada e atua de maneira proativa na prevenção de eventuais situações em que o Banco e suas controladas possam ser submetidos em relação à liquidez.

O processo de monitoramento do Risco de liquidez abrange todo o fluxo de recebimentos e pagamentos do Banco e suas controladas para que ações mitigadoras de risco possam ser realizadas.

Esse monitoramento é realizado principalmente pelo Comitê de Ativos e Passivos e Comitê de Gestão de Riscos e Capital. Nesses comitês são debatidas informações de risco de liquidez que estão disponíveis em sistemas, como:

- 10 Maiores investidores;
- Descasamento entre ativos e passivos;
- Captações Líquidas;
- Limites de liquidez;
- Previsão de vencimento;
- Testes de estresse baseados em cenários definidos internamente;

- Planos de contingência de liquidez;
- Acompanhamento das concentrações ativas e passivas;
- Acompanhamento do LCR e índices de renovação de *funding*;
- Relatórios com informações das posições detidas pelo Banco e suas controladas; e

Essas informações consolidam dados e buscam proporcionar adequar às necessidades do Banco e suas controladas no que tange a gestão efetiva da exposição ao risco de liquidez.

Não houve alterações nas exposições a riscos em que o Banco e suas controladas estão submetidos em relação ao ano anterior. Adicionalmente, o Banco e suas controladas vêm aprimorando os aspectos internos de gerenciamento e mitigação de riscos.

(i) Plano de contingência

O Banco e suas controladas possuem um plano de contingência para riscos de liquidez, estruturado para vários cenários e em constante evolução. Este plano contempla, entre outras medidas, monitoramento e avaliação contínua dos fluxos de caixa e liquidez dos ativos e análises de cenários de estresse e definição de níveis mínimos de liquidez para fazer frente a estes cenários.

O gerenciamento do Risco de Liquidez constitui-se em atividade vital para o Banco e suas controladas, em função de sua atuação no mercado financeiro e de capitais, e o Plano de Contingência de Liquidez estabelecido contém as responsabilidades e procedimentos para tratar as situações extremas, sendo estas:

- Possibilidade do Banco e suas controladas não serem capazes de honrar eficientemente com suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive decorrentes de vinculação de garantias;
 - Possibilidade do Banco e suas controladas não conseguirem negociar a preços de mercado uma posição, devido ao volume transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.
- As responsabilidades da Estrutura de Gerenciamento de Risco de Liquidez estão distribuídas entre diferentes comitês e níveis hierárquicos: Conselho de Administração, Comitê de Ativos e Passivos (CAP), Comitê de Caixa, Diretor responsável pelo Gerenciamento de Riscos, Superintendência de Compliance, Gestão de Riscos e Controles Internos e Coordenação de Riscos. Estes consideram os fatores internos e externos que afetam a liquidez do Banco e suas controladas, sendo realizado diariamente o acompanhamento detalhado dos movimentos de entrada e saída dos empréstimos e adiantamentos a clientes, depósitos a prazo, LCA, LCI e depósitos à vista. Os depósitos a prazo são analisados de acordo com a concentração, vencimentos, renovações, recompras e novas captações.

A base de dados do risco de liquidez é composta pelos produtos de Ativo, Passivo, Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos do Banco e suas controladas, que são gerados a partir dos sistemas de origem de cada produto. A taxa de cobertura de liquidez (LCR - Liquidity Coverage Ratio) gera análises de Índices de Liquidez de Curto, Médio e Longo Prazo, evidenciando principalmente os recursos de acordo com sua liquidez para resistir aos cenários de estresse financeiro agudo, calculados com base na razão entre ativos de liquidez e as saídas líquidas

durante cada prazo. O LCR é elaborado com informações que levarão a apuração de valores sobre a situação do caixa em relação a um cenário padronizado de estresse para um período de 30 dias, sendo o resultado interpretado da seguinte maneira:

Interpretação do LCR em relação ao mínimo	Situação
LCR abaixo de 3,00 vezes	Crítico
LCR acima de 2,99 e abaixo de 5,00 vezes	Satisfatório
LCR acima de 4,99 e abaixo de 8,00 vezes	Confortável
LCR acima de 7,99	Excesso de liquidez

(ii) Análise dos instrumentos financeiros por prazo contratual remanescente

A tabela abaixo demonstra em formato gerencial e consolidado os dados financeiros de todas as entidades legais integrantes do Grupo a valor futuro projetado de realização referentes aos ativos e passivos financeiros, tal como utilizados pela Administração.

31/12/2017					
	Nota explicativa	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	8	472.262	-	-	472.262
Instrumentos financeiros derivativos	9	-	2.914	1.175	4.089
Ativos financeiros disponíveis para venda	12	65.749	43.855	204.804	314.408
Empréstimos e adiantamento a instituições financeiras	10	90.912	-	-	90.912
Empréstimos e adiantamentos a clientes	11	426.682	376.009	1.799.036	2.601.727
Outros ativos	16	-	75.332	13.387	88.719
Total de ativos financeiros		1.055.605	498.110	2.018.402	3.572.117
Passivos financeiros					
Depósitos a prazo	17	(354.446)	(349.817)	(911.145)	(1.615.408)
Títulos emitidos	19	(534.020)	(288.670)	(588.489)	(1.411.179)
Empréstimos e repasses	20	(678)	(698)	(33.442)	(34.818)
Outras obrigações	23	-	(111.651)	(1.010)	(112.661)
Total de passivos financeiros		(889.144)	(750.836)	(1.534.086)	(3.174.066)

31/12/2016					
	Nota explicativa	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	8	532.141	-	-	532.141
Instrumentos financeiros derivativos	9	-	98	228	326
Ativos financeiros disponíveis para venda	12	42.150	14.605	191.501	248.256
Empréstimos e adiantamento a instituições financeiras	10	439	-	-	439
Empréstimos e adiantamentos a clientes	11	352.217	469.210	1.540.349	2.361.776
Outros ativos	16	-	72.389	20.603	92.992
Total de ativos financeiros		926.947	556.302	1.752.681	3.235.930
Passivos financeiros					
Passivos com instituições financeiras	17	(44.392)	(73.744)	(553.386)	(671.522)
Passivos com clientes	18	(102.625)	(206.327)	(551.007)	(859.959)
Títulos emitidos	19	(371.301)	(267.585)	(559.855)	(1.198.741)
Empréstimos e repasses	20	(751)	(3.759)	(32.931)	(37.441)
Outros passivos	23	-	(52.334)	(1.552)	(53.886)
Total de passivos financeiros		(519.069)	(603.749)	(1.698.731)	(2.821.549)

31/12/2015					
	Nota explicativa	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	8	230.287	-	-	230.287
Ativos financeiros disponíveis para venda	12	25.041	29.617	63.324	117.982
Empréstimos e adiantamento a instituições financeiras	10	1.341	-	-	1.341
Empréstimos e adiantamentos a clientes	11	339.838	451.948	1.348.188	2.139.974
Outros ativos	16	-	44.473	25.622	70.095
Total de ativos financeiros		596.507	526.038	1.437.134	2.559.679
Passivos financeiros					
Passivos com instituições financeiras	17	(58.071)	(57.211)	(281.317)	(396.599)
Passivos com clientes	18	(141.289)	(197.590)	(446.848)	(785.727)
Títulos emitidos	19	(374.046)	(275.897)	(260.705)	(910.648)
Empréstimos e repasses	20	(674)	(674)	(37.893)	(39.241)
Outros passivos	23	-	(43.787)	-	(43.787)
Total de passivos financeiros		(574.080)	(575.159)	(1.026.763)	(2.176.002)

As informações demonstradas revelam a capacidade do Banco e suas controladas em liquidar seus passivos de curto e longo prazos, tendo em vista os montantes superiores de ativos financeiros. A Administração acompanha por bases históricas e não tem a expectativa de que os passivos tenham seus prazos antecipados de forma substancial.

As operações de Depósitos a Prazo com Garantias Especiais (DPGE) encerraram o exercício de 2017 com saldo de R\$63,6 milhões, redução de 43,2% com relação a dezembro de 2016, quando totalizavam R\$112,0 milhões, sendo que esta redução foi causada, principalmente, pela mudança estratégica, tendo em vista a elevada exposição que o instrumento DPGE apresenta. O aumento da carteira de depósitos pode ser atribuído à diversificação no mix de captações, em especial por meio da emissão de LCI e da pulverização da base de depositantes, bem como ao aumento do ticket médio dos clientes individuais, impulsionado pelo crescimento da base de clientes da conta digital.

c. Risco de mercado

Define-se o Risco de Mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Banco e suas controladas, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços de mercadorias (commodities).

A Política de Risco de Mercado é seguida e monitorada pelo Comitê de Ativos e Passivos e pelo Comitê de Gestão de Riscos e Capital. Nestes comitês são analisados os relatórios referentes ao Risco de Mercado disponíveis em sistema. São eles:

- VaR;
- VaR por fator de risco;
- Teste de Estresse; e
- Backtest.

Estes relatórios permitem a avaliação analítica das informações, e estão em constante processo de melhorias, buscando proporcionar uma visão mais condizente com as necessidades atuais do Banco e suas controladas e que agregue às decisões e posturas referentes ao Risco de Mercado. Estes relatórios são avaliados e acompanhados também pela Superintendência de Compliance, Gestão de Riscos e Controles Internos.

Não houve alterações nas exposições a riscos em que o Banco e suas controladas estão submetidos em relação ao ano anterior. Adicionalmente, o Banco e suas controladas vêm aprimorando os aspectos internos de gerenciamento e mitigação de riscos.

Mensuração

Até agosto de 2015 (inclusive) a metodologia utilizada para cálculo de VaR era o modelo paramétrico com 99% no nível de confiança (CL) e horizonte de tempo (TH) de 01 (um) dia escalado para 252 dias. Este VaR era calculado por meio do sistema LUNA, do fornecedor MAPS SA.

O Banco e suas controladas identificaram questões relativas à construção das estruturas temporais de taxas de cupom de IGP-M e cálculos de volatilidade e correlações de cupom IGP-M. Para aprimorar a mensuração do risco de mercado do Banco e suas controladas sem precisar trocar de sistema, realizou a utilização do modelo não-paramétrico em detrimento do paramétrico. Diante disso, nos meses de setembro e outubro de 2015 o Banco e suas controladas passaram a utilizar para o cálculo do VaR, modelo não paramétrico com 95% no nível de confiança (CL) e horizonte de tempo (TH) de 252 dias.

A partir de novembro de 2015 até a data-base solicitada, o Banco e suas controladas adotaram o cálculo do VaR não paramétrico, com 99% no nível de confiança (CL) e horizonte de tempo (TH) de 252 dias.

Em abril de 2016, houve a decisão de substituir o sistema Luna pelo sistema Basileia e Mercado da Empresa Élin Duxus Consultoria Ltda. A implantação do novo sistema levou em consideração a alimentação dos dados, os cálculos de curvas e de retornos na forma proposta pela consultoria. Desta forma, optamos por voltar ao cálculo de VaR por modelo paramétrico com 99% no nível de confiança (CL) e horizonte de tempo (TH) de 01 (um) dia escalado para 21 dias para cálculo da RBAN, modelo que consideramos até o momento.

(i) VaR das carteiras do Banco e suas controladas:

A supervisão e o monitoramento dos limites são efetuados com base nos resultados da avaliação dos valores sujeitos a riscos de mercado, com a aplicação da metodologia do *Value at Risk* (VaR), que é apurada pela Superintendência de Compliance, Gestão de Riscos e Controles Internos, bem como acompanhada e analisada pelo Comitê de Gestão de Riscos e Capital.

As operações de *hedge* do Banco e suas controladas são segregadas por fatores de riscos identificados após a aplicação da metodologia do *Value at Risk*. Adicionalmente, são utilizadas outras métricas para definir a necessidade de aplicação de *hedge* sobre as carteiras. São elas:

- Análise de GAP (descasamento entre ativos e passivos do fluxo de caixa esperado);
- Cenários de Estresse; e

- Medidas de sensibilidade (PV01). (já tratado em item anterior)

(ii) *Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros*

O Banco e suas controladas adotam a metodologia de acompanhamento do risco de sua carteira, por meio dos índices de taxas de juros ao invés de utilizar metodologia por tipo de carteira, com utilização de choque nas taxas de juros que possam causar impactos na carteira do Banco e suas controladas. Tal procedimento permite realizar inferências sobre o risco das posições quando comparados aos patamares atuais dos preços de mercado e seu comportamento histórico.

A fim de estimar o efeito da variação de determinado fator de risco sobre o PR (patrimônio de referência), o Banco e suas controladas executam testes de sensibilidade em que avaliam a quantidade de pontos-base necessários para causar reduções de 5%, 10% e 20% do Patrimônio de Referência. A partir do resultado do teste de sensibilidade, estimam o impacto de aumento ou redução da ordem de 1, 25 ou 50 pontos-base nos fatores de risco em que é sensível (curva de taxa de juros e cupom de IGP-M e IPCA).

Teste de Estresse em 31/12/2017

Fator de risco		IGP-M	IPCA	PRÉ	Carteira Total
PR com MtM em normalidade (*)					
	318.379				
Choques por <i>pontos-base</i>					
-50 bps	Cenário 3	325.397	322.191	327.109	337.950
-25 bps	Cenário 2	321.861	320.259	322.724	328.091
-1 bps	Cenário 1	318.517	318.453	318.552	318.764
+1 bps	Cenário 1	318.241	318.305	318.206	317.993
+25 bps	Cenário 2	314.950	316.550	314.073	308.810
+50 bps	Cenário 3	311.572	314.771	309.806	299.381

Teste de Estresse em 31/12/2016

Fator de risco		IGP-M	IPCA	PRÉ	Carteira Total
PR com MtM em normalidade (*)					
	382.780				
Choques por <i>pontos-base</i>					
-50 bps	Cenário 3	390.850	380.091	394.178	399.568
-25 bps	Cenário 2	386.783	381.432	388.451	391.110
-1 bps	Cenário 1	382.939	382.726	383.006	383.111
+1 bps	Cenário 1	382.621	382.834	382.554	382.450
+25 bps	Cenário 2	378.841	384.137	377.164	374.576
+50 bps	Cenário 3	374.964	385.500	371.601	366.496

- (*) Os valores demonstrados na tabela acima são referentes ao PR do Banco e suas controladas afetados pelos choques propostos. Os choques sensibilizam o MtM - marcação à mercado das posições de ativos e passivos do Banco e suas controladas, e as variações do MtM sensibilizam o PR. Os choques são definidos pelo regulador e pela Alta Direção do Banco e suas controladas.

O demonstrativo a seguir contém a análise de sensibilidade dos ativos classificados nas carteiras indexadas às taxas de maior exposição do Banco e suas controladas, quais sejam IGP-M, IPCA e taxa Pré fixada.

Os ganhos e perdas máximas esperados no 1º e 99º percentil, calculados a partir de uma série de 252 retornos, apurados a partir do cálculo de VaR da carteira, utilizando metodologia

paramétrica com 99% de confiança e horizonte de tempo de um dia escalado para vinte e um dias.

Fator de Risco	Percentil 31/12/2017			
	1 - 1 ano	99 - 1 ano	1 - 5 anos	99 - 5 anos
Cupom de Euro	54	(38)	63	-
Euro	(1.210)	(56)	(2.349)	833
Número índice IGP-M	(5.522)	3.876	(59.785)	3.730
Cupom de IGP-M	3.245	(17.170)	24.764	(30.166)
Número índice IPCA	615	6	6.087	33
Cupom de IPCA	3.060	(1.837)	17.278	(12.110)
PRÉ	6.354	(25.475)	13.192	(84.177)
Cupom de TR	5	(53)	17	(89)
USD	(155)	17	(899)	492

Fator de Risco	Percentil 31/12/2016			
	1 - 1 ano	99 - 1 ano	1 - 5 ano(s)	99 - 5 ano(s)
Número índice IGP-M	(19.802)	(339)	(84.198)	(1.045)
Cupom de IGP-M	9.058	(13.322)	47.129	(15.788)
Número índice IPCA	22.136	102	103.439	429
Cupom de IPCA	(1.061)	2.209	(29.501)	6.135
PRÉ	3.074	(109.379)	80.979	(108.601)
Cupom de TR	1	(34)	68	(34)
USD	(85)	554	(1.017)	518

Fator de Risco	Percentil 31/12/2015	
	1° Percentil	99° Percentil
Cupom de IGP-M	(117.052)	124.492
PRÉ	(85.613)	89.217
Fatores com Exposição Inferior a 5%	6.435	(7.991)

Fator de Risco	Percentil 31/12/2015	
	1° Percentil	99° Percentil
Cupom de IGP-M	(117.052)	124.492
PRÉ	(85.613)	89.217
Fatores com Exposição Inferior a 5%	6.435	(7.991)

Os quadros a seguir apresentam o valor das exposições em análise considerando o Banco e suas controladas, descritos na nota explicativa nº 1, e os testes de sensibilidade para três cenários de estresse possíveis: Quantidade de pontos-base necessários para causar reduções de 5%, 10% e 20% do Patrimônio de Referência.

	Variação % do Patrimônio 31/12/2017		
Fator de Risco	5%	10%	20%
Cupom de IGP-M	1,59%	3,19%	7,17%
Cupom de IPCA	2,93%	7,32%	-
PRÉ	1,42%	2,84%	6,03%
Variação % do Patrimônio 31/12/2016			
Fator de Risco	5%	10%	20%
Cupom de IGP-M	1,38%	2,92%	6,57%
Cupom de IPCA	(3,35%)	-	-
PRÉ	0,73%	1,50%	3,08%
Variação % do Patrimônio 31/12/2015			
Fator de Risco	5%	10%	20%
Cupom de IGP-M	41%	84%	173%
PRÉ	-	162%	334%

d. Risco operacional

A Gestão de Risco Operacional tem por objetivo a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos.

Política

Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O Banco e suas controladas são alinhados com as definições estabelecidas através da Resolução 3.380/2006 do CMN, que atua de maneira proativa na identificação e mitigação dos riscos operacionais que envolvem as suas atividades.

Consideramos que a adoção de boas práticas na gestão de riscos operacionais, não se trata de um diferencial, e sim, de uma condição vital e essencial para a sustentabilidade de crescimento de qualquer empresa, principalmente, daquelas atuantes no mercado financeiro.

Baseado nisto, o Banco e suas controladas prezam por se manter comprometidos com os processos de formalização, definição de estratégias e políticas de gestão de risco com o objetivo de assegurar a boa saúde financeira dos clientes e manter a sua solidez.

Dentre os eventos de risco operacional, incluem-se:

- Fraudes internas;
- Fraudes externas;

- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pelo Banco e suas controladas;
- Interrupção das atividades;
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação; e
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades.

O Banco e suas controladas abordam o gerenciamento dos seus riscos com base em uma metodologia compatível com o seu porte, que oferece respaldo para mensurar, alinhar, coordenar e concluir sobre a efetividade dos controles internos e gestão de riscos.

O gerenciamento do risco operacional assegura o cumprimento das normas estabelecidas, sendo visto como uma oportunidade de melhoria na qualidade dos processos e controles.

Adicionalmente, visa minimizar os riscos operacionais essenciais à sua natureza, complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

Para fins de alocação de capital mínimo de Risco Operacional (parcela RWAopad), o Banco e suas controladas adotaram a metodologia de Indicador Básico (BIA) para sua gestão.

Fases do Processo de Gestão

Avaliação Qualitativa

Na avaliação qualitativa são utilizadas escalas contendo medidas para probabilidade e impacto, levando-se em consideração as vulnerabilidades e as ameaças que combinadas determinam o grau de exposição aos riscos de cada evento sob os ativos e recursos do Banco e suas controladas.

A verificação é efetuada através de acompanhamento presencial, entrevistas e workshops junto aos gestores e colaboradores de todas as áreas operacionais, parceiros comerciais e unidades de negócios.

Os riscos identificados são devidamente categorizados conforme previsto no Art. 2º, § 2º da Resolução 3.380/06 do Conselho Monetário Nacional e organizados por fatores de riscos.

Avaliação Quantitativa

Na avaliação quantitativa do risco operacional consideramos como de vital importância a constituição de uma base interna com diversas fontes de informações.

Aos níveis de perdas operacionais é importante atribuir uma descrição e detalhamento dos mesmos a fim de manter a base de dados consistente e gerencialmente útil.

Ressaltamos ainda que na avaliação quantitativa podem ser utilizadas informações provenientes de fontes externas consideradas confiáveis e relevantes aos negócios do Banco e suas controladas.

Monitoramento

Um processo de gestão de riscos eficaz necessita de uma estrutura de comunicação e revisão que assegure a correta, eficaz e tempestiva identificação e avaliação dos riscos. Adicionalmente, busca também assegurar que os controles e respostas a estes riscos sejam implementados.

No Banco e suas controladas, são executados testes de controle e auditorias regulares visando à verificação de conformidade com políticas e normas aplicáveis.

O processo de monitoramento e revisão busca verificar se:

- As medidas adotadas alcançaram os resultados pretendidos;
- Os procedimentos adotados e as informações recolhidas para a realização da avaliação foram os adequados;
- Níveis mais elevados de conhecimento poderiam ter contribuído para tomar as melhores decisões; e
- Há efetiva possibilidade de obter informações para futuras avaliações.

7 Gerenciamento de capital e índices de solvência

Esta nota explicativa apresenta informações a respeito da exposição a riscos financeiros do Banco e suas controladas e gerenciamento de capital.

Para informações adicionais sobre a estrutura de gerenciamento de riscos do Banco e suas controladas, vide nota explicativa nº 6.

O Banco e suas controladas dispõem de Estrutura de Gerenciamento de Capital que compreende o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo Grupo, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que está sujeita e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos.

A Estrutura de Gerenciamento de Capital abrange a Intermedium Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, considerando também os possíveis impactos oriundos dos riscos associados às demais empresas integrantes do consolidado. Esta estrutura é compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e a dimensão de sua exposição a riscos.

Com o objetivo de garantir a efetividade do Gerenciamento de Capital, a organização estrutural contempla, ainda, uma atuação compartilhada de responsabilidades e controles, em que todos os envolvidos devem acompanhar a conformidade de seus processos, estabelecendo e praticando controles internos e planos de ação que minimizem os riscos e corrijam as deficiências.

Em conformidade com a Política Institucional de Gerenciamento de Capital, o Capital compreende componente indispensável do processo decisório dos negócios, sendo seu gerenciamento fator de diferenciação competitiva e de avaliação da relação risco-retorno e, com as novas exigências advindas das recomendações de Basileia III, o uso eficiente do Capital torna-se foco da gestão, em um ambiente em que o importante é a capacidade do Banco e suas controladas em rentabilizá-lo.

Como principais objetivos do Gerenciamento de Capital, o Banco e suas controladas visam:

- Utilização eficiente do Capital, por meio da alocação em negócios considerando o binômio risco versus retorno.
- Otimização do Capital alocado em segmentos de negócios e produtos de maior rentabilidade.
- Projeções de metas de Capital para atendimento aos objetivos estratégicos definidos no Planejamento Estratégico e Mercadológico.
- Gestão integrada de riscos.
- Garantir sua posição de solidez no mercado financeiro, ao adotar as melhores práticas de gestão e mitigação de riscos, em atendimento aos requisitos de Basileia III.

A Política Institucional de Gerenciamento de Capital apresenta ainda os mecanismos e procedimentos que compõem o gerenciamento de Capital, mantendo o Capital compatível com os riscos incorridos pelo Banco e suas controladas. Está integrada às estratégias e aos negócios de cada Instituição do Grupo, com o intuito de alinhar todos os processos existentes e praticados com as políticas vigentes.

A gestão do capital possibilita ao Banco e suas controladas uma avaliação consistente do Capital necessário para suportar o crescimento projetado, além da adoção de uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de Capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Neste contexto, o Banco e suas controladas gerenciam a estrutura de Capital com a finalidade de atender também aos requerimentos mínimos de capital regulamentar exigidos. No plano normativo vale destacar que o Acordo de Basileia tem como parâmetro internacional obrigatório para as instituições financeiras que a relação de capital regulamentar, mais conhecido no Brasil como Patrimônio de Referência, conforme legislação em vigor.

O Banco e suas controladas possuem mecanismos que possibilitam a identificação e a avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) relacionado aos riscos do Pilar I. As políticas e as estratégias, bem como o plano de capital, possibilitam a manutenção do capital em níveis compatíveis com os riscos incorridos pelo Banco e suas controladas. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital. Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração.

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

Destaca-se que a partir de 1º de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

- (i) Nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar.
- (ii) Nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais também foi alterado, passando a considerar apenas o Banco e suas controladas, de 1º de outubro de 2013 até 31 de dezembro de 2014, e o Prudencial, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013, a partir de 1º de janeiro de 2015.

Todas as citações ao PR e ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) ou PRMR, em datas anteriores a 1º de outubro de 2013, referem-se à metodologia de Basileia II e foram apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 3.444/2007 e nº 3.490/2007, respectivamente.

Detalhamento das Margens de Requerimento Relativamente ao RWA

Nome da conta	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Patrimônio de referência para comparação com o RWA	387.735	350.739	332.083
Patrimônio de referência (PR)	387.735	350.739	332.083
Ativos ponderados por risco (RWA)	2.239.888	1.856.016	1.617.490
Rwa para risco de crédito por abordagem padronizada - RWA _{cpad}	1.786.295	1.515.024	1.355.119
Rwa para risco de mercado	108.301	11.074	0
Rwa para risco operacional por abordagem padronizada - rwa _{opad}	345.292	329.919	262.371
Margem sobre o patrimônio de referência requerido	180.545	167.457	154.159
Patrimônio de referência mínimo requerido para o rwa (pre)	207.190	183.282	177.924
Margem sobre o patrimônio de referência nível 1 requerido	253.342	239.378	235.034
Patrimônio de referência nível i para comparação com rwa	387.735	350.739	332.083
Patrimônio de referência nível i	387.735	350.739	332.083
Patrimônio de referência nível i mínimo requerido para o rwa	134.393	111.361	97.049
Margem sobre o capital principal requerido	286.940	267.218	259.296
Capital principal para comparação com rwa	387.735	350.739	332.083
Capital principal - cp	387.735	350.739	332.083
Capital principal mínimo requerido para o rwa	100.795	83.521	72.787
Margem sobre o pr considerando a r _{ban}	136.424	136.689	153.812
Patrimônio de referência mínimo requerido para o rwa e para r _{ban}	223.313	214.050	178.271
Valor correspondente ao r _{ban}	16.123	30.768	347,43
Capital principal mínimo requerido para manutenção de instrumentos elegíveis ao Capital complementar	114.794	95.121	82.896
Capital principal mínimo requerido para manutenção de instrumentos elegíveis ao nível ii	100.795	83.521	72.787
Adicional de capital principal mínimo requerido para o rwa	27.999	11.600	-
SITUAÇÃO PARA VERIFICAÇÃO DO ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL	180.545	136.689	153.812
ADICIONAL DE CONSERVAÇÃO DE CAPITAL PRINCIPAL (ACPconservação)	27.999	11.600	-
Rwa público não bancário	657.198	-	-
Margem sobre o adicional de capital principal	152.547	125.089	153.812
Percentual de restrição	0%	0%	100%
Índice de basileia:	17,31%	18,90%	20,53%

a. Classes de ativos e passivos financeiros

Os saldos de ativos e passivos financeiros são classificados com base nas categorias definidas na nota explicativa 3.e, conforme valores demonstrados abaixo:

	Valor justo - Instrumento de Hedging	Disponível para Venda	Empréstimos e recebíveis (custo amortizado)	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total
Em 31 de dezembro de 2017:					
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	472.262	-	472.262
Instrumentos financeiros derivativos	4.089	-	-	-	4.089
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	-	-	90.912	-	90.912
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido de provisão para perdas	-	-	2.516.122	-	2.516.122
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	314.408	-	-	314.408
Outros ativos	-	-	88.719	-	88.719
Total de ativos financeiros	4.089	314.408	3.168.015	-	3.486.512
Passivos financeiros					
Passivos com instituições financeiras	-	-	-	298.396	298.396
Passivos com clientes	-	-	-	1.317.012	1.317.012
Títulos emitidos	-	-	-	1.411.179	1.411.179
Empréstimos e repasses	-	-	-	34.818	34.818
Outros passivos	-	-	-	112.661	112.661
Total de passivos financeiros	-	-	-	3.174.066	3.174.066
Em 31 de dezembro de 2016:					
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	532.141	-	532.141
Instrumentos financeiros derivativos	326	-	-	-	326
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	-	-	439	-	439
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido de provisão para perdas	-	-	2.245.669	-	2.245.669
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	248.256	-	-	248.256
Outros ativos	-	-	92.992	-	92.992
Total de ativos financeiros	326	248.584	2.871.241	-	3.119.823
Passivos financeiros					
Passivos com instituições financeiras	-	-	-	671.522	671.522
Passivos com clientes	-	-	-	859.959	859.959
Títulos emitidos	-	-	-	1.198.741	1.198.741
Empréstimos e repasses	-	-	-	37.441	37.441
Outros passivos	-	-	-	53.886	53.886
Total de passivos financeiros	-	-	-	2.821.549	2.821.549
Em 31 de dezembro de 2015:					
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	230.287	-	230.287
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	-	-	1.341	-	1.341
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido de provisão para perdas	-	-	2.063.017	-	2.063.017
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	117.982	-	-	117.982
Outros ativos	-	-	70.095	-	70.095
Total de ativos financeiros	-	117.982	2.364.740	-	2.482.722
Passivos financeiros					
Passivos com instituições financeiras	-	-	-	396.599	396.599
Passivos com clientes	-	-	-	785.727	785.727
Títulos emitidos	-	-	-	910.648	910.648
Empréstimos e repasses	-	-	-	39.241	39.241
Outros passivos	-	-	-	43.787	43.787
Total de passivos financeiros	-	-	-	2.176.002	2.176.002

A tabela a seguir apresenta a distribuição dos ativos e passivos financeiros por categoria conforme definido no IAS39 e por classe de operação que corresponde a títulos contábeis no Balanço Patrimonial. Critério de valorização de instrumentos financeiros:

Análise dos empréstimos e adiantamentos a clientes por modalidade e faixa de vencimento

31/12/2017					
A vencer					
	Vencidos	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Capital de giro	10.199	75.190	84.822	193.789	364.000
Crédito consignado	22.096	162.100	188.124	429.273	801.593
Empréstimo imobiliário	7.685	17.178	40.093	392.022	456.978
Financiamento imobiliário	9.294	28.249	63.456	772.673	873.672
Cartão	-	61.421	-	-	61.421
Outros créditos com característica de concessão de crédito	1.291	23.297	8.196	11.279	44.063
Total	50.565	367.435	384.691	1.799.036	2.601.727
31/12/2016					
A vencer					
	Vencidos	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Conta garantida	6	2.264	7.249	-	9.519
Capital de giro	2.189	121.170	80.546	55.014	258.919
Crédito vinculados à cessão	-	-	3.666	8.675	12.341
Crédito consignado	19.390	84.551	205.354	534.875	844.170
Empréstimo imobiliário	12.943	28.082	57.590	310.823	409.438
Financiamento imobiliário	18.788	40.025	113.403	628.875	801.091
Cartão	-	9.857	-	-	9.857
Outros créditos com característica de concessão de crédito	12.740	212	1.402	2.087	16.441
Total	66.056	286.161	469.210	1.540.349	2.361.776
31/12/2015					
A vencer					
	Vencidos	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Conta garantida	-	1.981	8.276	2.625	12.882
Capital de giro	20.267	125.348	84.665	29.909	260.189
Crédito vinculados à cessão	-	-	14.304	12.958	27.262
Crédito consignado	7.533	112.559	205.234	548.570	873.896
Empréstimo imobiliário	5.935	21.293	58.412	238.931	324.571
Financiamento imobiliário	7.676	34.904	71.814	503.782	618.176
Cartão	-	142	-	-	142
Outros créditos com característica de concessão de crédito	586	1.614	9.243	11.413	22.856
Total	41.997	297.841	451.948	1.348.188	2.139.974

Composição de títulos disponíveis para venda por faixa de vencimento, comparados ao seu valor justo

31/12/2017						
	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	Saldo Contábil	Valor para comparação
Títulos e valores mobiliários - disponíveis para venda						
Títulos de dívida pública						
- Letras financeiras do tesouro	3.992	43.855	46.229	157.471	251.547	251.547
- Cotas de fundo de investimento	61.757	-	-	-	61.757	61.757
Subtotal	65.749	43.855	46.229	157.471	313.304	313.304
- Cotas da Câmara Interbancária de Pagamentos	-	-	-	1.104	1.104	1.104
Total de títulos e valores mobiliários para investimento	65.749	43.855	46.229	158.575	314.408	314.408
31/12/2016						
	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	Saldo Contábil	Valor para comparação
Títulos e valores mobiliários - disponíveis para venda						
Títulos de dívida pública						
- Letras financeiras do tesouro	-	14.605	43.504	146.893	205.002	205.002
- Cotas de fundo de investimento	35.311	-	-	-	35.311	35.311
- Securitização da carteira de crédito imobiliário	6.839	-	-	-	6.839	6.839
Subtotal	42.150	14.605	43.504	146.893	247.152	247.152
- Cotas da Câmara Interbancária de Pagamentos	-	-	-	1.104	1.104	1.104
Total de títulos e valores mobiliários para investimento	42.150	14.605	43.504	147.997	248.256	248.256
31/12/2015						
	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	Saldo Contábil	Valor para comparação
Títulos e valores mobiliários - disponíveis para venda						
Títulos de dívida pública						
- Letras financeiras do tesouro	-	29.617	12.810	45.826	88.253	88.253
- Cotas de fundo de investimento	25.041	-	-	-	25.041	25.041
- Securitização da carteira de crédito imobiliário	-	-	4.688	-	4.688	4.688
Sub-total	25.041	29.617	17.498	45.826	117.982	117.982
Total de títulos e valores mobiliários para investimento	25.041	29.617	17.498	45.826	117.982	117.982

A tabela a seguir apresenta a distribuição dos ativos e passivos financeiros segundo a técnica utilizada para sua mensuração, conforme definido no IAS39 e descrito no tópico 3.b destas demonstrações financeiras.

	Valor Justo			Total
	Nível I	Nível II	Nível III	
	Preços de mercado cotados em mercados ativos	Técnica de valorização baseada em dados observáveis	Dados não presentes em mercados ativos	
Em 31 de dezembro de 2017:				
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	472.262	-	-	472.262
Instrumentos financeiros derivativos	-	4.089	-	4.089
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	-	90.912	-	90.912
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido de provisão para perdas	-	-	2.516.122	2.516.122
Ativos financeiros disponíveis para venda	314.408	-	-	314.408
Total de ativos financeiros	786.670	95.001	2.516.122	3.397.793
Passivos financeiros				
Passivos com instituições financeiras	10.149	-	288.247	298.396
Passivos com clientes	-	-	1.317.012	1.317.012
Títulos emitidos	-	-	1.411.179	1.411.179
Empréstimos e repasses	-	-	34.818	34.818
Total de passivos financeiros	10.149	-	3.051.256	3.061.405
Em 31 de dezembro de 2016:				
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	532.141	-	-	532.141
Instrumentos financeiros derivativos	-	326	-	326
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	-	439	-	439
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido de provisão para perdas	-	-	2.245.669	2.245.669
Ativos financeiros disponíveis para venda	248.256	-	-	248.256
Total de ativos financeiros	780.397	765	2.245.669	3.026.831
Passivos financeiros				
Passivos com instituições financeiras	5.133	-	666.389	671.522
Passivos com clientes	-	-	859.959	859.959
Títulos emitidos	-	-	1.198.741	1.198.741
Empréstimos e repasses	-	-	37.441	37.441
Total de passivos financeiros	5.133	-	2.762.530	2.767.663
Em 31 de dezembro de 2015:				
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	230.287	-	-	230.287
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	-	1.341	-	1.341
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido de provisão para perdas	-	-	2.063.017	2.063.017
Ativos financeiros disponíveis para venda	117.982	-	-	117.982
Total de ativos financeiros	348.269	1.341	2.063.017	2.412.627
Passivos financeiros				
Passivos com instituições financeiras	1.765	-	394.834	396.599
Passivos com clientes	-	-	785.727	785.727
Títulos emitidos	-	-	910.648	910.648
Empréstimos e repasses	-	-	39.241	39.241
Total de passivos financeiros	1.765	-	2.130.450	2.132.215

O IAS 39 define que a determinação do valor justo de um ativo ou passivo financeiro pode prever o uso de três abordagens quanto ao tipo de informação utilizada para avaliação, as quais são chamadas níveis de hierarquia de valor justo, a saber:

- **Nível I** - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- **Nível II** - outros dados além daqueles cotados em mercado (nível I) que podem precificar, os direitos e obrigações, direta ou indiretamente, por exemplo, técnicas derivadas de valorização que utilizam dados de mercado observáveis; e
- **Nível III** - dados para precificação são os obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que, em grande parte, não têm como base os dados observáveis de mercado.

A metodologia utilizada para a mensuração dos ativos e passivos financeiros classificados como “nível II” (instrumentos financeiros derivativos e operações de crédito objeto de *hedge*) é o desconto a valor presente dos fluxos de caixa futuros destas operações, utilizando as taxas usuais de mercado divulgadas pela B3 para ativos semelhantes.

O valor justo das aplicações em depósitos interfinanceiros é estimado através do desconto dos fluxos de caixa estimados adotando-se as taxas de juros do mercado.

Para os Empréstimos e Recebíveis, a estimativa do valor justo referente às taxas pré-fixadas é calculada através do desconto dos fluxos de caixa do principal e dos juros programados até o vencimento, adotando as taxas de desconto que equivalem aproximadamente às nossas taxas de juros para novos contratos em operações similares. O valor justo dos Empréstimos e Recebíveis de taxas pós-fixadas foi considerado como próximo ao seu valor contábil.

Os Passivos Financeiros ao Custo Amortizado: O valor justo dos depósitos à vista e à prazo é igual ao montante a pagar na data dos relatórios, ou seja, é igual ao valor contábil.

Durante os exercícios de 2017, 2016 e 2015 não houve mudanças na forma de mensuração de ativos e passivos financeiros que implicassem em reclassificações de ativos e passivos financeiros entre os diferentes níveis de hierarquia de valor justo.

b. Valor justo dos instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta o valor contábil e o valor justo estimado dos ativos e passivos financeiros:

	31/12/2017		31/12/2016		31/12/2015	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	472.262	472.262	532.141	532.141	230.287	230.287
Instrumentos financeiros derivativos	4.089	4.089	326	326	-	-
Operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras	90.912	90.912	439	439	1.341	1.341
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2.601.727	2.988.344	2.361.776	2.642.991	2.139.974	2.457.817
Ativos financeiros disponíveis para venda	314.408	314.408	248.256	248.256	117.982	117.982
Total de Ativos Financeiros	3.397.793	3.870.015	3.026.831	3.424.153	2.412.627	2.806.509
Passivos Financeiros						
Passivos com instituições financeiras	298.396	298.396	671.522	671.522	396.599	396.599
Passivos com clientes	1.317.012	1.317.012	859.959	859.959	785.727	785.727
Títulos emitidos	1.411.179	1.411.179	1.198.741	1.198.741	910.648	910.648
Empréstimos e repasses	34.818	34.818	37.441	37.441	39.241	39.241
Total de Passivos Financeiros	3.061.405	3.061.405	2.767.663	2.767.663	2.132.215	2.132.215

8 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional	52.269	933	605
Caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira	2.924	2.158	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez* (90 dias)	417.069	529.050	229.682
Total de caixa e equivalentes de caixa	472.262	532.141	230.287

a. Aplicações Interfinanceiras de liquidez

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Posição Bancada			
- Letras financeiras do tesouro (LFT)	-	151.147	2.002
- Letras do tesouro nacional (LTN)	370.514	312.669	60.310
- Nota do Tesouro Nacional (NTN)	31.001	10.003	166.999
Aplicações em depósitos interfinanceiros			
- CDI - Banco Ficsa S.A.	5.163	-	-
- CDI - Banco Fidis S.A.	5.191	-	-
- CDI - Banco Bonsucesso S.A.	5.198	-	-
- CDI - Banco Itaú S.A.	2	-	-
- CDI - Banco BTG Pactual S.A.	-	15.064	-
- CDI - Paraná Banco S.A.	-	5.021	-
- CDI - Banco Votorantim S.A.	-	35.146	-
- CDI - Banco do Brasil S.A.	-	-	371
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	417.069	529.050	229.682

9 Instrumentos financeiros derivativos

O Banco e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais que se destinam a atender às necessidades próprias para administrar sua exposição global. Essas operações envolvem derivativos de futuros de operações de *swap*, e a política de gestão de riscos é fundamentada na utilização de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo, predominantemente, de mitigar os riscos decorrentes das operações efetuadas pelo Banco e suas controladas.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou em cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

O Banco e suas controladas tem parte de sua carteira de crédito imobiliário indexada ao Índice Geral de Preços (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas e conta com a maior parte de sua captação em LCI indexada à taxa DI (Depósito Interfinanceiro). Com o objetivo de buscar a proteção da receita do Banco e suas controladas em relação às oscilações do IGP-M, a administração optou por realizar operações de *swap* cujas pontas se invertem em relação à parte de suas carteiras ativas e passivas. Foram pactuadas operações com derivativos em que o Banco e suas controladas devem pagar a variação do IGP-M mais cupom, e receber um determinado percentual da variação do DI, em uma data determinada.

Estas operações foram realizadas via B3 e contam com margem de garantia e controle por esta Bolsa. Em 31 de dezembro de 2017, o Banco e suas controladas possuem 04 (quatro) contratos de *swap* ativos, cada um deles com Notional de R\$50.000 (cinquenta milhões de reais), registrados na BM&FBovespa sob os números 60421336, 60421337, 60421338 e 60421339, com vencimentos em 5 de setembro de 2017, 07 de maio de 2018, 05 de novembro de 2018 e 02 de janeiro de 2019, respectivamente. A operação de *swap* é a troca de riscos entre duas partes, consistindo em um acordo para duas partes trocarem o risco de uma posição ativa (credora) ou passiva (devedora), em data determinada, com condições previamente estabelecidas. As operações de *swap* padronizadas são registradas na B3 e contam com depósito de margem de garantia cujo valor pode ser ajustado a qualquer momento por esta.

O instrumento derivativo foi utilizado com objetivo de proteção dos riscos relacionados a descasamento de indexadores entre as carteiras de ativos e passivos, especificamente entre taxa de juros e variações de índice de preços e são reconhecidos pelo valor justo no resultado do exercício. O valor justo é aquele que, de acordo com as condições de mercado, seria recebido pelos ativos e pago na liquidação dos passivos, sendo calculado com base nas taxas praticadas em mercados de Bolsa.

As operações de *swap* do Banco e suas controladas estão classificadas como *Hedge Accounting* (“*Fair Value Hedge*”), como proteção da exposição às alterações no valor justo de ativo reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo atribuível a um risco particular que possa afetar o resultado.

São objetos das operações de *hedge* os contratos da carteira de crédito imobiliário, protegidos pelos instrumentos acima detalhados, os quais são descontados o *spread*, realizando *hedge* somente do risco específico da carteira.

a. Instrumentos financeiros derivativos

	31/12/2017		31/12/2016		31/12/2015	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Instrumentos Financeiros Derivativos para hedge de valor justo	4.089	-	326	-	-	-
Total	4.089	-	326	-	-	-

b. Instrumentos financeiros derivativos:

Negociação

2017						
	Valor de Referência	Valor de Custo		Valor de Mercado		Valor Diferencial a (pagar) receber
		Grupo	Contraparte	Grupo	Contraparte	
CDI x IGP-M						
60421337	50.000	60.179	57.693	60.179	58.871	1.308
60421338	50.000	60.179	57.317	60.179	58.573	1.606
60421339	50.000	60.179	57.298	60.179	59.004	1.175
Total	150.000	180.537	172.308	180.537	176.448	4.089

2016						
	Valor de Referência	Valor de Custo		Valor de Mercado		Valor Diferencial (a pagar) a receber
		Grupo	Contraparte	Grupo	Contraparte	
CDI x IGP-M						
60421336	50.000	54.911	54.675	54.791	54.693	98
60421337	50.000	54.911	54.578	54.689	54.830	(141)
60421338	50.000	54.911	54.420	54.610	54.457	153
60421339	50.000	54.911	54.390	54.586	54.370	216
Total	200.000	219.644	218.063	218.676	218.350	326

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a receita de R\$10.071 com operações com derivativos está apresentada na rubrica “Resultado com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos” (2016: R\$326).

Os seguintes valores a receber (ativo) e a pagar (passivo) foram registrados em contas patrimoniais sob o título “instrumentos financeiros derivativos”:

	31/12/2017			31/12/2016			31/12/2015
	Ativo - Saldo a Receber			Ativo - Saldo a Receber			Ativo
	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Total
Swap	-	4.089	4.089	-	326	326	-
TOTAL	-	4.089	4.089	-	326	326	-

O saldo de instrumentos financeiros derivativos a pagar/receber estavam distribuídos segundo as seguintes faixas de vencimento:

		<u>31/12/2017</u>				
		Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
<i>Swap</i>		-	2.914	1.175	-	4.089
Total		<u>-</u>	<u>2.914</u>	<u>1.175</u>	<u>-</u>	<u>4.089</u>
		<u>31/12/2016</u>				
		Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
<i>Swap</i>		-	98	228	-	326
Total		<u>-</u>	<u>98</u>	<u>228</u>	<u>-</u>	<u>326</u>

Os seguintes resultados foram apurados sob o título “resultado de instrumentos financeiros derivativos”:

		<u>31/12/2017</u>			<u>31/12/2016</u>			<u>31/12/2015</u>
		Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Total
<i>Swap</i>		-	4.089	4.089	-	326	326	-
TOTAL		<u>-</u>	<u>4.089</u>	<u>4.089</u>	<u>-</u>	<u>326</u>	<u>326</u>	<u>-</u>

c. Contabilidade de hedge

O Banco e suas controladas realizaram operações de *hedge* de valor justo de exposição à taxa de juros pré-fixada e variação cambial representada por parcelas de empréstimos e adiantamentos a clientes, realizado nos termos do IAS 39- Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração;

c.1 Hedge de valor justo de exposição à taxa de juros pré-fixada representada por parcelas de empréstimos e adiantamentos a clientes

Com relação ao risco de taxa de juros pré-fixada representado por parcelas de crédito e variação cambial representado por empréstimo em moeda estrangeira, o Banco e suas controladas adotaram a prática de se proteger, em consonância com suas políticas de gestão de riscos, levando em consideração as taxas de captação praticadas. A estratégia de hedge adotada tem por objetivo proteger o spread de seus empréstimos e adiantamentos a clientes e captação. Estas operações de *hedge* são realizadas em conformidade com o IAS 39 - Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração, que exige avaliação periódica de efetividade do *hedge* e o registro a valor justo tanto do instrumento financeiro derivativo como do item objeto de *hedge*, considerando tratar-se de uma operação de *hedge* de risco de mercado.

d. Riscos Associados:

Os principais fatores de risco dos derivativos do Banco e suas controladas estão relacionados com as oscilações do câmbio e os resultados obtidos atenderam adequadamente os objetivos de proteção patrimonial.

O gerenciamento dos riscos é controlado e supervisionado de forma independente das áreas geradoras da exposição ao risco. Sua avaliação e medição são realizadas diariamente baseando-se em índices e dados estatísticos, utilizando-se de ferramentas tais como V@R não paramétrico e análise de sensibilidade a cenários de stress.

10 Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras

a. Composição de Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras:

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Aplicações em operações compromissadas	1.216	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	87.979	-	1.104
Repasses interfinanceiros	1.717	439	237
Total	90.912	439	1.341

b. Análise da movimentação das perdas por ajuste ao valor de recuperação

Em processo contínuo de análise de crédito na carteira de Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, o Banco e suas controladas não detectaram a necessidade de constituir provisão para perdas por ajuste ao valor de recuperação para estes ativos.

11 Empréstimos e adiantamentos a clientes

a. Composição do saldo de empréstimos e adiantamentos a clientes

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Empréstimos e títulos descontados	1.622.571	1.522.046	1.471.538
Financiamentos	873.672	801.091	618.176
Cartão	61.421	9.857	142
Outros créditos com característica de concessão de crédito	44.063	16.441	22.856
Operações de crédito vinculados à cessão	-	12.341	27.262
Total de Empréstimos e adiantamentos a clientes	2.601.727	2.361.776	2.139.974
(-) Empréstimos e títulos descontados	(57.005)	(62.999)	(54.256)
(-) Financiamentos	(25.690)	(39.369)	(13.129)
(-) Cartão	(451)	(68)	(1)
(-) Outros créditos	(2.459)	(12.928)	(8.529)
(-) Operações de crédito vinculados à cessão	-	(743)	(1.042)
Total de provisão para perdas por ajuste ao valor de recuperação	(85.605)	(116.107)	(76.957)
Saldo total de Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido de provisão para perdas	2.516.122	2.245.669	2.063.017

Banco Inter S.A. e suas Controladas
Demonstrações Financeiras
Consolidadas em IFRS em
31 de dezembro de 2017

31/12/2017			
	Saldo bruto	Perda por redução ao valor recuperável	Saldo contábil
Empréstimos e financiamentos imobiliários	1.330.650	(43.038)	1.287.612
Empréstimo pessoal	801.593	(30.216)	771.377
Empréstimos a pessoas jurídicas	364.000	(9.441)	354.559
Cartão	61.421	(451)	60.970
Outros créditos com característica de concessão de crédito	44.063	(2.459)	41.604
Total	2.601.727	(85.605)	2.516.122
31/12/2016			
	Saldo bruto	Perda por redução ao valor recuperável	Saldo contábil
Empréstimos e financiamentos imobiliários	1.222.870	(54.644)	1.168.226
Empréstimo pessoal	844.170	(22.079)	822.091
Empréstimos a pessoas jurídicas	268.438	(26.388)	242.050
Cartão	9.857	(68)	9.789
Outros créditos com característica de concessão de crédito	16.441	(12.928)	3.513
Total	2.361.776	(116.107)	2.245.669
31/12/2015			
	Saldo bruto	Perda por redução ao valor recuperável	Saldo contábil
Empréstimos e financiamentos imobiliários	970.009	(19.571)	950.438
Empréstimo pessoal	873.896	(17.377)	856.519
Empréstimos a pessoas jurídicas	273.071	(31.479)	241.592
Cartão	142	(1)	141
Outros créditos com característica de concessão de crédito	22.856	(8.529)	14.327
Total	2.139.974	(76.957)	2.063.017

b. Análise da movimentação das provisões para perdas por redução ao valor recuperável

Movimentação das provisões para perdas por redução ao valor recuperável é apresentada conforme segue:

Massificada	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Saldo início do período	(114.294)	(75.691)	(47.368)
Complemento de provisão	(74.442)	(96.702)	(72.312)
Reversão de provisão	23.769	11.046	14.124
Baixados como prejuízo	79.754	47.053	29.865
Saldo final do período	<u>(85.213)</u>	<u>(114.294)</u>	<u>(75.691)</u>
Itens significativos	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Saldo início do período	(1.813)	(1.266)	-
Complemento de provisão	-	(547)	(1.266)
Reversão de provisão	1.421	-	-
Saldo final do período	<u>(392)</u>	<u>(1.813)</u>	<u>(1.266)</u>
Total	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Saldo início do período	(116.107)	(76.957)	(47.368)
Complemento de provisão	(74.442)	(97.249)	(73.578)
Reversão de provisão	25.190	11.046	14.124
Efeito no resultado	(49.252)	(86.203)	(59.454)
Baixados como prejuízo	79.754	47.053	29.865
Saldo final do período	<u>(85.605)</u>	<u>(116.107)</u>	<u>(76.957)</u>
Recuperação de créditos baixados	25.124	13.344	505
Total do efeito líquido no resultado	<u>(24.128)</u>	<u>(72.859)</u>	<u>(58.849)</u>

c. Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

O Banco e suas controladas realizou operações de venda ou transferência de ativos financeiros em que houve a retenção dos riscos de créditos dos ativos financeiros transferidos, por meio de cláusulas de coobrigação. Por conta disso, tais créditos permaneceram registrados contabilmente e estão representados pelas seguintes informações:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Securitização	-	12.341	16.713
Total	<u>-</u>	<u>12.341</u>	<u>16.713</u>

12 Ativo financeiro disponível para venda

a. Composição dos títulos disponíveis para venda:

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Títulos e valores mobiliários - disponíveis para venda Livres			
Títulos de dívida pública			
- Letras financeiras do tesouro	251.547	205.002	88.253
- Cotas de fundo de investimento	61.757	35.311	25.041
- Securitização da carteira de crédito imobiliário	-	6.839	4.688
Subtotal	<u>313.304</u>	<u>247.152</u>	<u>117.982</u>
- Cotas da Câmara Interbancária de Pagamentos (i)	1.104	1.104	-
Subtotal	<u>1.104</u>	<u>1.104</u>	<u>-</u>
Total	<u>314.408</u>	<u>248.256</u>	<u>117.982</u>

(i) Cotas da Câmara Interbancária de Pagamentos

No exercício 2016, o Banco e suas controladas adquiriram 5 (cinco) cotas da Câmara Interbancária de Pagamentos e o preço total desta aquisição foi de R\$1.104.

b. Renda de Ativos financeiros disponíveis para venda

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Rendas de títulos para investimento - disponível para venda	29.546	21.431	26.955
Total	<u>29.546</u>	<u>21.431</u>	<u>26.955</u>

13 Imobilizado

a. Composição do imobilizado:

	Taxa anual depreciação	31/12/2017			31/12/2016			31/12/2015		
		Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor residual	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor residual	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor residual
Imobilizado										
Móveis e equipamentos	10%	5.820	(2.084)	3.736	4.653	(1.613)	3.040	3.757	(1.226)	2.531
Sistemas de processamento de dados	20%	7.123	(5.324)	1.799	6.612	(4.430)	2.182	6.136	(3.542)	2.594
Total de Imobilizado		12.943	(7.408)	5.535	11.265	(6.043)	5.222	9.893	(4.768)	5.125

b. Movimentação do imobilizado:

	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2017
Imobilizado - custo histórico							
Móveis e equipamentos	3.757	896	-	4.653	1.183	(16)	5.820
Sistemas de processamento de dados	6.136	483	(7)	6.612	643	(132)	7.123
Total de Imobilizado - custo histórico	9.893	1.379	(7)	11.265	1.826	(148)	12.943
Imobilizado - depreciação acumulada							
Móveis e equipamentos	(1.226)	(386)	-	(1.613)	(472)	-	(2.084)
Sistemas de processamento de dados	(3.542)	(892)	3	(4.430)	(893)	-	(5.324)
Total de Imobilizado - depreciação acumulada	(4.768)	(1.278)	3	(6.043)	(1.365)	-	(7.408)
Total de Imobilizado - valor residual	5.125	101	(4)	5.222	461	(148)	5.535

O Banco e suas controladas não possuem ativos dados em garantia.

14 Intangível

a. Composição do intangível

	Taxa anual amortização	31/12/2017			31/12/2016			31/12/2015		
		Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor residual
Intangível										
Outros Intangíveis	20%	975	(17)	958	-	-	-	3.256	(3.256)	-
Total de Intangível		975	(17)	958	-	-	-	3.256	(3.256)	-

b. Movimentação do intangível

	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2017
Ativos intangíveis - custo histórico							
Outros Intangíveis	-	-	-	-	975	-	975
Total de intangível - custo histórico	-	-	-	-	975	-	975
Ativo intangível - amortização acumulada							
Outros Intangíveis	-	-	-	-	(17)	-	(17)
Total de intangível - depreciação acumulada	-	-	-	-	(17)	-	(17)
Total de intangível - valor residual	-	-	-	-	958	-	958

Os ativos intangíveis em 31/12/2015 se referiam ao Software em implantação no Banco e suas controladas, sendo o projeto descontinuado em 2016, motivo da baixa total dos saldos.

15 Ativos não circulantes mantidos para venda

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Bens recebidos por reintegração de posse ou dação em pagamento:			
- Imóveis	59.980	30.742	17.208
- Bens em regime especial	2.599	2.704	519
Total	<u>62.579</u>	<u>33.446</u>	<u>17.727</u>

O saldo de ativos não circulantes mantidos para venda, recebidos em dação por recuperação de crédito, é composto por bens originalmente recebidos em garantia de empréstimos e adiantamentos a clientes e que foram retomados. São considerados como ativos não correntes mantidos para venda por meio da execução de leilões, os quais ocorrem normalmente em até um ano. Portanto, ativos não correntes mantidos para venda incluem o valor contábil destes itens, destinados à alienação, cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada em até um ano.

O acréscimo no saldo de Ativos não circulante mantidos para venda foi decorrente de procedimentos bem-sucedidos de retomada de bens imóveis na liquidação de empréstimos e adiantamento a clientes realizados pelo Banco e suas controladas. Isso também é explicado pelo aumento do saldo de empréstimos imobiliários e a crise econômica que o país tem passado nos últimos três anos.

16 Outros ativos

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Despesas antecipadas (b)	48.446	57.264	61.523
Valores a receber de liquidações em instituições financeiras (b)	31.516	26.558	6.709
Devedores diversos (a)	3.397	2.290	650
Adiantamento a terceiros	1.815	1.808	432
Depósitos judiciais	893	839	778
Imposto de renda a compensar	-	3.953	3
Outros	2.652	280	-
Total	<u>88.719</u>	<u>92.992</u>	<u>70.095</u>

(a) Referem-se a recompra de operações de crédito no valor de R\$205 (2016: R\$381) (2015: R\$0), retenções de saldo de cessão no valor de R\$0 (2016: R\$94) (2015: R\$639) e outros valores R\$3.192 (2016: R\$1.815) (2015: R\$11).

(b) Trata-se de ativos financeiros avaliados ao custo amortizado.

17 Passivos com instituições financeiras

Os passivos financeiros denominados de “Recursos de instituições financeiras” são mensurados inicialmente ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

a. Composição dos passivos com instituições financeiras

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Depósitos a prazo	296.711	651.742	315.524
Depósitos interfinanceiros	1.009	8.592	54.690
Relações interdependências	676	14	-
Obrigações por venda de ativos financeiros (cessão de crédito com coobrigação)	-	11.174	26.385
Total de passivos com instituições financeiras	<u>298.396</u>	<u>671.522</u>	<u>396.599</u>

18 Passivos com clientes

Os passivos financeiros denominados de “Recursos de instituições financeiras” são mensurados inicialmente ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

a. Composição dos passivos com clientes

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Passivos com clientes			
Depósitos a vista	231.377	43.454	21.228
Depósitos a prazo	1.029.347	773.823	716.496
Cretores por recursos a liberar	56.288	42.682	48.003
Total de passivos com clientes	<u>1.317.012</u>	<u>859.959</u>	<u>785.727</u>

19 Títulos emitidos

a. Composição dos títulos emitidos

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Letras de crédito do agronegócio	27.264	12.617	4.248
Letras financeiras	11.903	5.133	1.765
Letras de crédito imobiliário	1.372.012	1.180.991	904.635
Total de títulos emitidos	<u>1.411.179</u>	<u>1.198.741</u>	<u>910.648</u>

Os títulos emitidos possuem vencimentos contratuais que variam de transação para transação. Esta informação reflete a transação realizada que na data destas demonstrações financeiras consolidadas possui o prazo mais longo.

20 Empréstimos e repasses

Composição de empréstimos e repasses:

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Obrigações por repasses - CEF	34.818	37.441	39.241
Total de empréstimos e repasses	<u>34.818</u>	<u>37.441</u>	<u>39.241</u>

21 Impostos correntes

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Provisão para imposto de renda e contribuição social	2.044	2.610	4.481
Imposto sobre operações financeiras	867	972	720
PIS/COFINS	1.564	903	1.485
INSS/FGTS	1.581	1.282	1.154
Outros impostos	303	192	388
Total de impostos correntes	<u>6.359</u>	<u>5.959</u>	<u>8.228</u>

22 Provisões e passivos contingentes

a. Ativos contingentes

O Banco e suas controladas substancialmente figuram no polo ativo de processos judiciais buscando recuperar créditos de clientes inadimplentes. Em sua maioria, são execuções de títulos judiciais e extrajudiciais (Cédulas de Crédito Bancário) emitidas em operações de capital de giro e desconto de títulos. Ainda, nos casos em que há pedido de recuperação judicial ou falência dos devedores, o Banco e suas controladas habilitam seu crédito nestes processos e mantém a execução face aos avalistas. Por fim, nas operações em que há alienação fiduciária de imóvel, o Banco e suas controladas consolidam a propriedade de tais imóveis caso haja inadimplência do cliente (procedimento extrajudicial conforme lei n. 9.514/97).

b. Passivos contingentes e obrigações legais

O Banco e suas controladas, no curso normal de suas atividades, é parte em processos de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e cível. As respectivas provisões foram constituídas levando-se em conta a legislação em vigor, a opinião dos assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento dos Tribunais, o histórico de perdas e outros critérios que permitam a sua estimativa da forma mais adequada possível.

A Administração do Banco e suas controladas, conforme descrevem as regras do IAS37, e descrito na nota explicativa nº 3 “k”, constitui provisões para fazer frente a saídas de recursos estimadas para liquidação de processos e obrigações legais, as quais são avaliadas como provável que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que os seus montantes possam ser estimados com suficiente segurança.

(i) *Processos trabalhistas*

São ações ajuizadas por empregados e ex-empregados, visando a obter indenizações de natureza trabalhista. As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, tais como horas extras e equiparação salarial.

(ii) *Processos cíveis*

São demandas, em sua maior parte, que têm por objetivo pedidos de indenização por danos material e moral, relativos aos produtos do Banco e suas controladas, tais como o produto crédito consignado, além de ações declaratórias e reparatórias, observância à limitação de 30% de desconto em contracheques de mutuários, apresentação de documentos e ações revisionais.

c. Movimentação das provisões

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial em 01/01/2015	682	1.689	1.554	3.925
(+) Complemento/atualização de provisão	55	745	5.644	6.444
(-) Baixa por pagamento	-	(690)	(2.200)	(2.890)
(-) Reversão de provisão	-	-	(832)	(832)
Saldo Final em 31/12/2015	737	1.744	4.166	6.647
(+) Complemento/atualização de provisão	61	2.096	6.222	8.379
(-) Baixa por pagamento	-	(803)	(3.189)	(3.992)
(-) Reversão de provisão	-	(220)	-	(220)
Saldo Final em 31/12/2016	798	2.817	7.199	10.814
(+) Complemento/atualização de provisão	55	1.582	7.059	8.696
(-) Baixa por pagamento	-	(1.409)	(4.305)	(5.714)
(-) Reversão de provisão	-	(55)	-	(55)
Saldo Final em 31/12/2017	853	2.935	9.953	13.741

d. Passivos contingentes com perdas possíveis

d.1 Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

d.1.1 Imposto de renda e contribuição social

- (i) Compreende o provisionamento dos efeitos do questionamento judicial da extinção da correção monetária de balanço, em conformidade com a Lei nº 9.249/95, advindo do aproveitamento (dedução) integral do saldo devedor de correção monetária no exercício de 1996 na apuração do IRPJ e da CSLL, no montante de R\$853, cujo depósito judicial no mesmo montante está registrado no ativo realizável a longo prazo.
- (ii) Em 30 de agosto de 2013, foi lavrado auto de infração para constituir créditos tributários a título de IRPJ e CSLL, relativos aos anos-calendário de 2008 a 2009, acrescidos de multa de ofício (qualificada) de 150% e dos juros de mora, bem como para aplicar multa isolada de 50% sobre valores de estimativas de IRPJ e de CSLL. Seguem valores atualizados em dezembro 2017:

Principal de R\$10.300, multa de R\$19.891, juros de R\$18.514 - Total R\$48.705.

Os autos de infração têm por objetivo glosa de despesas incorridas com prestação de serviços. Tendo em vista a situação fática em discussão e os argumentos de defesa do Banco, avaliamos a expectativa de desfecho como possível, mas com menor probabilidade de perda.

d.1.2 Cofins

- (i) O Banco e suas controladas possuem decisão do Supremo Tribunal Federal, datada de 19 de dezembro de 2005, garantindo o direito de recolhimento da COFINS com base na receita de prestação de serviços. Durante o período de 1999 a 2006, o Banco e suas controladas efetuaram depósito judicial e/ou realizou o pagamento da obrigação. Em 2006, o Banco e suas controladas, mediante decisão favorável do Supremo Tribunal Federal e concordância expressa da Receita Federal, realizaram o levantamento do depósito judicial. Ademais, a habilitação dos créditos sobre o recolhimento dos impostos foi homologada sem questionamento pela Receita Federal do Brasil, em 11 de maio de 2006.
- (ii) Em 2 de julho de 2010, a Receita Federal do Brasil, contrariando decisão do Supremo Tribunal Federal, transitada em julgado, conforme especificado no item (i) acima, abriu processo administrativo cobrando os valores dos depósitos judiciais referentes à COFINS levantados pelo Banco nos autos do Mandado de Segurança nº 1999.38.00.016025, sendo os valores atualizados para dezembro de 2017: principal R\$1.255, multa R\$251, juros R\$2.363 — Total de R\$3.869. Em 5 de outubro de 2010, foi deferida liminar determinando o processamento da defesa apresentada nos autos do Processo Administrativo, com recurso hierárquico, com suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
- (iii) Em 14 de julho de 2010, a Receita Federal do Brasil abriu processo administrativo cobrando os valores dos pedidos de restituição/compensação pagos a maior a título de COFINS levantados pelo Banco nos autos do Mandado de Segurança nº 1999.38.00.016025, sendo os valores atualizados até dezembro de 2017: principal R\$3.496, multa R\$699, juros R\$4.149 — Total R\$8.344.

Após protocolo de Manifesto de Inconformidade, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais determinou o sobrestamento do processo administrativo até o julgamento do Supremo Tribunal Federal.

- (iv) Em 11 de novembro de 2010, foram lavrados autos para constituir créditos tributários a título de PIS e COFINS, acrescidos de multa de ofício de 75% e dos juros de mora no período de março de 2006 a dezembro de 2008. Os recolhimentos das contribuições em questão foram considerados insuficientes.
- **COFINS:** Principal de R\$10.026, juros e encargos de R\$13.116 — Total de R\$23.142. Após protocolo de Manifesto de Inconformidade, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais determinou o sobrestamento do processo administrativo até o julgamento do Supremo Tribunal Federal.
- (v) Em 15 de dezembro de 2014, foi lavrado auto de infração para constituir crédito tributário a título de COFINS, relativo ao período de janeiro de 2010 a dezembro de 2011, acrescidos de multa de ofício de 75% e dos juros de mora.

Principal de R\$11.212, multa de R\$8.409, juros de R\$10.834 - Total R\$30.455.

O auto de infração foi lavrado sob o fundamento de que o Banco e suas controladas teriam efetuado recolhimentos insuficientes da contribuição em questão. Tendo em vista os argumentos de defesa, avaliamos a expectativa de desfecho como possível, mas com menor probabilidade de perda.

- (vi) Em 9 de outubro de 2015, o Banco foi intimado acerca do despacho decisório que indeferiu o direito creditório de compensar débitos com créditos decorrentes de pagamentos considerados indevidos pelo Banco, efetuados a título de COFINS (meses de janeiro e fevereiro de 2014).

Em 3 de novembro de 2015, foi protocolada a manifestação de inconformidade, para a qual aguarda-se manifestação.

Principal de R\$1.367, multa de R\$273, juros de R\$576 — Total R\$2.216.

- (vii) Em 24 de janeiro de 2017, o Banco e suas controladas foram autuados sobre o auto de infração lavrado para constituir crédito tributário a título de multa isolada de 50% sobre o valor do débito cuja compensação não foi homologada nos autos do processo administrativo nº 10680.723654/2015-41.

Multa isolada de R\$688, juros de R\$55 - Total R\$743.

- (viii) Em 05 de abril de 2017, o Banco e suas controladas foram autuados sobre o auto de infração lavrado para constituir crédito tributário a título de COFINS, acrescido da multa de ofício de 75% e dos juros de mora, sob o fundamento de que o Banco e suas controladas, no ano-calendário de 2013, teriam efetuado recolhimentos insuficientes da contribuição em questão em virtude da não inclusão das “receitas financeiras” na base de cálculo.

Principal de R\$8.804, multa de R\$6.603, juros de R\$4.687 — Total R\$20.094.

Aguarda-se remessa dos autos ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, para julgamento do recurso voluntário interposto.

d.2 *Outros passivos contingentes classificados como perdas possíveis*

O Banco e suas controladas mantêm um sistema de acompanhamento para todos os processos em que figura como “autor” ou “réu” e, amparado na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de perda. Assim, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível ou remota não são reconhecidos contabilmente e os principais processos não relacionados a obrigações fiscais, com classificação de perda possível, possuem estimativa de valor dos assessores jurídicos de R\$50.308 em 31 de dezembro de 2017 (2016: R\$20.487) (2015: R\$14.220).

e. *Garantias financeiras*

Os compromissos por avais e fianças prestados são compostos conforme abaixo, os quais são controlados em contas de compensação:

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Fianças prestadas	215	99	-
Total de garantias financeiras	215	99	-

A Administração do Banco e de suas controladas considera desnecessária a constituição de provisão para as garantias financeiras prestadas em razão de que suas análises indicam não ser provável uma saída de recursos para a liquidação destes compromissos.

23 Outros passivos

Passivos financeiros avaliados ao custo amortizado, conforme demonstrados a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Valores a repassar e pagamentos diversos	100.383	49.928	38.843
Dividendos e bonificações a pagar	7.224	3.820	4.796
Operações de câmbio	2.984	-	-
Outros	2.070	138	148
Total de outros passivos	112.661	53.886	43.787

24 Patrimônio Líquido

a. Composição do capital social

Descrição	Total	Quantidade de ações		Saldo em R\$ mil Capital Social
		Ordinárias	Preferenciais	
Saldo final - 31/12/2015	11.850.994	6.030.415	5.820.579	281.245
Aumento de capital	2.831	-	2.831	16.866
Saldo final - 31/12/2016	11.853.825	6.030.415	5.823.410	298.111
Aumento de capital	44.231	-	44.231	13.763
Saldo final - 31/12/2017	11.898.056	6.030.415	5.867.641	311.874

b. Reservas de lucros

- Reserva legal
A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.
- Reserva de retenção de lucros
É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital, conforme propostas a serem previamente aprovadas em assembleia geral.

c. Ajustes de avaliação patrimonial

Ajustes de avaliação patrimonial constituída basicamente pela variação líquida acumulada do valor justo de títulos e valores mobiliários contabilizados na categoria “disponível para venda”, até que os ativos sejam baixados ou sofram perda por redução no valor recuperável, cujos saldos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 eram, respectivamente, R\$ 166 (positivo), R\$ 355 (negativo) e R\$ 118 (negativo).

d. Dividendos e juros sobre capital próprio

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados dividendos de no mínimo 25% do lucro líquido anual, ajustado nos termos da lei societária.

Os juros sobre o capital próprio são calculados com base nas contas do patrimônio líquido, limitando-se à variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor. Os dividendos são calculados sobre o lucro líquido, conforme determinado nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A política de remuneração do capital adotada pelo Banco e suas controladas visa a distribuir juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado em conformidade com a legislação vigente, os quais são computados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social.

No exercício de 2017 foram aprovados R\$24.618 (2016: R\$24.331) (2015: R\$18.751) a título de dividendos e juros sobre capital próprio.

Os valores distribuídos foram calculados tomando por base os resultados apurados segundo as normas de contabilidade societária aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e aderente a Lei das SAs nº 6.404/1976.

e. Lucro por ação

(i) Lucro básico por ação

Segue demonstrado o lucro básico por ação:

Descrição	Ordinárias	Preferenciais	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Número médio e final de ações	6.030.415	5.837.210	11.898.056	11.853.825	11.850.994
Número de ações, incluindo ações equivalentes de ação ordinária	6.030.415	5.837.210	11.898.056	11.853.825	11.850.994
Lucro básico atribuído (em R\$ mil)			23.862	12.900	16.739
Lucro básico por ações ordinárias (em R\$ mil)			3,9569	2,1392	2,7758
Lucro básico por ações preferenciais q (em R\$ mil)			3,9568	2,1393	2,7757

O Lucro por ação básico é apresentado com base nas duas classes de ações, ordinárias e preferenciais, e é calculado pela divisão do lucro líquido / atribuível à controladora pela média ponderada de ações de cada classe em circulação no exercício.

O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos da IAS 33 - Lucro por ação.

(ii) Lucro diluído por ação

Cálculo do lucro diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações preferenciais e na média ponderada de ações preferenciais em circulação após os ajustes para todas as potenciais ações preferenciais dilutivas.

Descrição	Nota	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Média ponderada de ações ordinárias (básico)		5.867.641	5.823.410	5.820.579
Média ponderada de ações preferenciais (básico)		5.867.641	5.823.410	5.820.579
Efeito das opções de ações ao serem exercidas	32	<u>191.710</u>	<u>261.288</u>	<u>194.607</u>
Média ponderada de ações preferenciais (diluído)		6.059.351	6.084.698	6.015.186
Lucro diluído por ações ordinárias (em R\$ mil)		3,9569	2,1392	2,7758
Lucro diluído por ações preferenciais (em R\$ mil)		3,8316	2,0474	2,6859

f. Ações em tesouraria

No exercício de 2017, a Administração do Banco e suas controladas optou por recomprar 6.690 ações, encerrando o ano com 107.090 ações preferenciais mantidas em tesourarias (2016: 100.400) (2015 R\$ 50.332). O saldo de ações em Tesouraria em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ R\$2.284 (2016: R\$2.004) (2015: R\$1.358).

25 Resultado líquido de juros

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Receita de juros			
Resultado de aplicações interfinanceiras	59.596	51.805	26.809
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	627	4.236	16.224
Empréstimos e adiantamentos a clientes	436.365	521.660	437.447
Rendas de operações de câmbio	639	-	-
Total de receita de juros	497.227	577.701	480.480
Despesa de juros			
Títulos emitidos	(272.192)	(312.947)	(218.359)
Empréstimos e repasses	(2.949)	(2.753)	(2.114)
Operações de vendas de transf. de ativos financeiros	(1.289)	(5.138)	(16.523)
Total de despesa de juros	(276.430)	(320.838)	(236.996)
Resultado líquido de juros	<u>220.797</u>	<u>256.863</u>	<u>243.484</u>

26 Resultado líquido de serviços e comissões

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Receitas de serviços e comissões			
Rendas de Tarifas Bancárias	10.658	8.734	8.096
Comissões e intermediação	19.270	9.451	5.934
Administração de recursos de terceiros (*)	2.826	528	331
Corretagem de câmbio e valores mobiliários	42	75	2
Rendas de cartão de crédito	4.510	1.010	713
Taxas de gestão e estruturação	3.910	3.124	2.380
Outros serviços	1.215	1.752	2.015
Total de receitas de serviços e comissões	42.431	24.674	19.471
Despesas de serviços e comissões			
Comissões e intermediação	(17.200)	(43.079)	(59.133)
Total de despesas de serviços e comissões	(17.200)	(43.079)	(59.133)
Resultado líquido de serviços e comissões	25.231	(18.405)	(39.662)

(*) As receitas de administração de recursos de terceiros estão relacionadas aos honorários auferidos pelo Banco e suas controladas em atividades fiduciárias, nas quais mantém ou investe ativos em favor de seus clientes.

27 Outras receitas

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Recuperação de encargos	8.502	12.409	8.715
Receita de portabilidade	808	801	460
Rendas de títulos e créditos a receber	2.084	-	-
Outras	1.530	2.357	608
Total	12.924	15.567	9.783

28 Resultado de perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Perdas por ajuste ao valor de recuperação de empréstimos e adiantamento a clientes	(74.442)	(97.249)	(73.578)
Subtotal	(74.442)	(97.249)	(73.578)
Reversão de provisão	25.190	11.046	14.124
Recuperação de créditos baixados (i)	25.124	13.344	505
Total de resultado de perdas com ajuste ao valor de recuperação de ativos financeiros	(24.128)	(72.859)	(58.949)

(i) Saldo reclassificado de Receita de juros, conforme política apresentada na nota explicativa 3e (viii).

29 Despesas de Pessoal

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Salários	(33.573)	(28.618)	(26.362)
Remuneração da diretoria e do conselho de Administração	(9.058)	(7.423)	(6.389)
Encargos sociais e previdenciários	(14.009)	(11.517)	(11.223)
Participação nos lucros	(10.277)	(8.055)	(3.363)
Despesas de férias e 13º salário	(5.370)	(4.379)	(3.780)
Benefícios	(11.746)	(8.945)	(7.725)
Outros	(1.347)	(1.214)	(922)
Total	(85.380)	(70.151)	(59.764)

30 Outras receitas (despesas) administrativas

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Processamento de dados e informática	(22.376)	(22.800)	(13.261)
Despesas tributárias	(16.152)	(16.077)	(16.402)
Aluguéis, condomínio e manutenção de bens	(4.471)	(6.451)	(6.187)
Serviços de terceiros	(18.502)	(13.891)	(11.384)
Provisões para contingências	(8.641)	(8.159)	(5.612)
Provisão para perdas de ativos não circulantes mantidos para venda	(2.896)	(2.173)	(2.772)
Propaganda, publicidade, publicações e relações públicas	(16.183)	(5.774)	(4.067)
Comunicações	(5.038)	(3.544)	(2.742)
Despesas bancárias	(9.168)	(4.138)	(3.467)
Despesas cartoriais e judiciais	(1.462)	-	-
Descontos concedidos	(6.455)	(4.465)	(4.758)
Despesas com portabilidade	(850)	(981)	(1.956)
Ganhos (Perdas) na alienação de valores e bens	(3.304)	(3.084)	(992)
Despesa com água e energia	(775)	(775)	(664)
Despesa com Serasa	(1.381)	(854)	(1.034)
Despesa de viagem	(1.790)	(1.457)	(1.203)
Outras despesas administrativas	(16.072)	(7.817)	(6.604)
Total	(135.516)	(102.440)	(83.105)

31 Impostos sobre a renda e contribuição social correntes e diferidos

Veja política na nota explicativa nº 3 “m”.

a. Valores reconhecidos no resultado do exercício

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente			
Despesa do ano corrente	(1.256)	(14.184)	(14.368)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido			
Provisão para perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	(8.468)	8.791	13.247
Provisão para contingências	1.629	1.848	(3.890)
Ajuste a valor de mercado de ativos financeiros	-	(100)	225
Prejuízo Fiscal	2.131	330	169
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido - ajustes adoção IFRS			
Provisão para perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	(640)	246	570
Provisão para perdas de ativos não circulantes mantidos para venda	1.303	978	(8.775)
Diferimento de comissões	219	(1.137)	1.247
Total da despesa de impostos	(5.082)	(3.228)	(11.575)

b. Demonstração do cálculo dos encargos

	31/12/2017		31/12/2016		31/12/2015	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
APURAÇÃO LUCRO REAL						
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	52.763	52.763	29.057	29.057	45.281	45.281
Adições (exclusões) líquidas:						
Juros sobre capital próprio	(24.618)	(24.618)	(24.331)	(24.331)	(17.720)	(17.720)
PCLD, líquida	(27.584)	(27.584)	21.658	21.658	16.147	16.147
Prejuízo fiscal	-	-	-	-	(13.129)	(13.129)
Resultado operações de Hedge	(7.541)	(7.541)	-	-	-	-
Outras, líquidas	1.696	1.696	3.584	3.584	2.739	2.739
Base de cálculo Lucro Real (Prejuízo Fiscal)	(5.284)	(5.284)	29.968	29.968	33.318	33.318
APURAÇÃO LUCRO PRESUMIDO						
Receita de serviços	19.070	19.070	9.286	9.286	5.932	5.932
Lucro presumido (32%)	6.102	6.102	2.972	2.972	1.898	1.898
Outras receitas	289	289	289	289	335	335
Base de cálculo Lucro Presumido	6.391	6.391	3.261	3.261	2.233	2.233
Alíquota efetiva lucro real (15% IR/ 20% CSLL)	(581)	(485)	4.485	5.944	4.797	5.677
Alíquota efetiva lucro presumido (15% IR/ 9% CSLL)	1.747	575	489	293	335	201
Alíquota adicional (10% IR)	-	-	2.973	-	3.358	-
IRPJ e CSLL diferidos	1.737	2.089	(6.076)	(4.880)	(147)	(2.646)
Total	2.903	2.179	1.871	1.357	8.343	3.232
Alíquota efetiva	6%	4%	6%	5%	18%	7%
Imposto sobre a renda e contribuição social corrente		(1.256)		(14.184)		(14.368)
Imposto sobre a renda e contribuição social diferido		(3.826)		10.956		2.793

c. Movimentação dos saldos de ativos diferidos

	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2017
Recomposição dos ativos diferidos				
Provisão para perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	34.373	(10.266)	1.798	25.905
Provisão para contingências	4.506	(433)	2.061	6.134
Ajuste a valor de mercado de ativos financeiros	124	-	-	124
Prejuízo Fiscal	633	(6.481)	8.228	2.380
Recomposição dos ativos diferidos com ajustes da adoção em IFRS				
Provisão para perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	816	-	(640)	176
Provisão para perdas de ativos não circulantes mantidos para venda	2.862	(1.870)	3.173	4.165
Diferimento de comissões	(9.912)	(1.207)	1.426	(9.693)
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	33.402	(20.257)	16.046	29.191
	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2016
Recomposição dos ativos diferidos				
Provisão para perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	25.582	(2.129)	10.920	34.373
Provisão para contingências	2.659	(371)	2.218	4.506
Ajuste a valor de mercado de ativos financeiros	225	(350)	249	124
Outros	300	-	333	633
Recomposição dos ativos diferidos com ajustes da adoção em IFRS				
Provisão para perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	570	246	-	816
Provisão para perdas de ativos não circulantes mantidos para venda	1.884	(471)	1.449	2.862
Diferimento de comissões	(8.775)	(1.481)	343	(9.912)
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	22.445	(4.556)	15.512	33.402

d. Previsão de realização dos ativos fiscais diferidos

Período	2017					
	Créditos diferidos		IR		CSLL	
	Valor crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente
2018	65.480	50.182	14.735	10.911	11.787	8.748
2019	5.931	5.931	1.483	1.483	1.186	1.186
	71.411	56.113	16.218	12.394	12.973	9.934

Os registros contábeis desses créditos tributários estão fundamentados na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e suportados por estudos técnicos e projeções de resultado.

Estima-se que a realização desses créditos tributários e da contribuição social a compensar ocorrerá nos próximos dois anos conforme abaixo:

	1º ano	2º ano
% de realização de crédito tributário	92%	8%

32 Pagamento baseado em ações

Ao longo dos anos, foram realizados no Banco e suas controladas dois planos de outorga de opções de compra de ações ao pessoal chave da Administração. O primeiro ocorreu em 2012, e outorgou aos beneficiários o direito de compra de ações em três tranches referentes respectivamente a 2012, 2013 e 2014. O segundo ocorreu em 2016, concedendo aos beneficiários uma tranche de opções.

O preço de exercício das opções outorgadas nos planos é equivalente ao valor patrimonial por ação no fechamento do ano anterior à outorga.

As regras para exercício e extinção das opções fazem parte do regulamento do plano e estão arquivadas na sede do Banco e suas controladas.

As principais características dos Planos estão descritas abaixo:

Plano	Aprovação	Opções Vesting	Preço Médio de Exercício	Participantes	Prazo Final de Exercício
2	24/02/2012	283.245 Até 5 anos	R\$ 15,75	Diretores, gestores e colaboradores chave	31/12/2019 31/12/2020 31/12/2021
3	30/09/2016	98.000 Até 5 anos	R\$ 27,71	Diretores, gestores e colaboradores chave	31/12/2023

As movimentações das opções de cada plano para os exercícios findos em 2015, 2016 e 2017 e informações complementares são demonstradas abaixo:

Movimentações 2015 (Ações)						
Plano	Qtd Colaboradores	Saldo Inicial	Concedidas	Prescritas/Canceladas	Exercidas	Saldo Final
2	21	271.913	-	70.649	6.657	194.607
		271.913	-	70.649	6.657	194.607
Preço Médio						
Pond. das Ações		R\$ 15,57		R\$ 15,67	R\$ 7,24	R\$ 15,82

Movimentações 2016 (Ações)						
Plano	Qtd Colaboradores	Saldo Inicial	Concedidas	Prescritas/Canceladas	Exercidas	Saldo Final
2	21	194.607	-	25.408	5.911	163.288
3	20	-	98.000	-	-	98.000
		194.607	98.000	25.408	5.911	261.288
Preço Médio						
Pond. das Ações		R\$ 15,82	R\$ 27,71	R\$ 15,75	R\$ 9,90	R\$ 20,44

Movimentações 2017 (Ações)						
Plano	Qtd Colaboradores	Saldo Inicial	Concedidas	Prescritas/Canceladas	Exercidas	Saldo Final
2	17	163.288	-	15.180	50.148	97.960
3	20	98.000	-	3.800	250	93.950
		261.288	-	18.980	50.398	191.910
Preço Médio						
Pond. das Ações		R\$ 20,62	-	R\$ 23,45	R\$ 2,49	R\$ 24,86

Outras Informações						
Plano	Núm de Ações Exercíveis	Custo do Prêmio no Exercício	Custo de Prêmio a Ser Reconhecido	Período Remanescente do Custo de Remuneração (em anos)	Vida Contratual Remanescente (em anos)	
2	16.722	632.836,62	454.906,78	2	3,5	
3	4.650	33.173,00	604.561,00	4	6	
2017	21.372	666.009,62	1.059.467,78	3,1	4,9	
2016	14.279	78.931,25	1.757.275,55	3	4,5	
2015	9.930	54.461,48	2.019.914,77	4	5,5	

O impacto estimado referente o valor dos prêmios das opções outorgadas aos colaboradores nas demonstrações financeiras com base no seu valor justo. Os valores justos dos programas foram estimados com base no modelo de valorização de opções Black & Scholes, tendo sido consideradas as seguintes premissas:

	Programa			
	2 (2012)	2(2013)	2(2014)	3(2016)
Preço de Exercício	1	22,13	22,13	27,70
Taxa Livre de Risco	10,19%	11,05%	11,15%	11,68%
Duração do Exercício (anos)	7	7	7	7
Volatilidade Anualizada Esperada	35,06%	35,06%	35,06%	60,33%
Valor Justo da Opção na Data de Outorga/Ação	10,99	5,27	5,91	6,77

33 Gestão de recursos de terceiros

O Banco Inter S.A. constituiu sua controlada Intermedium Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (IDTVM) como forma de ampliação do atendimento aos clientes e investidores via Gestão, Distribuição e Custódia de Fundos de Ativos.

A IDTVM possui gestão, distribuição e custódia que totaliza R\$2.665 milhões (2016: R\$1.900 milhões) (2015 R\$1.410 milhões).

34 Transações com partes relacionadas

Sempre em concordância com os dispositivos legais vigentes e com a IAS 24, são efetuadas operações com partes relacionadas, conforme demonstramos a seguir:

	<u>31/12/2017</u>		<u>31/12/2016</u>		<u>31/12/2015</u>	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
Controlador						
Passivos com clientes	(90.682)	(6.396)	(1.869)	(1.788)	(27)	(624)
Controladas						
Passivos com clientes	(6.674)	(347)	(942)	(227)	(3.851)	(378)
Pessoal-chave da Administração (2)						
Passivos com clientes	(3.336)	(812)	(8.864)	(2.079)	(8.383)	(934)
Outras partes relacionadas (1)						
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	6.839	1.118	4.687	905
Passivos com clientes e instituições financeiras	(227.630)	(21.977)	(204.462)	(26.115)	(193.770)	(21.764)

Todas as transações entre o Banco, suas controladas e partes relacionadas são efetuadas a preços, prazos e taxas compatíveis com as praticadas pelo mercado, vigentes nas datas das operações.

1. Realizadas com pessoas físicas e/ou jurídicas, não se tratando de controladoras e controladas.
2. Remuneração do pessoal-chave da Administração:

Em Assembleia Geral anual dos acionistas, é estabelecida a remuneração para os membros do Conselho de Administração e Diretoria.

O Banco e suas controladas não possuem para o pessoal-chave da Administração, benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato de trabalho.

Conforme legislação em vigor, o Banco e suas controladas não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;
- Pessoas jurídicas que participem, com mais de 10%, do Banco e suas controladas, quaisquer diretores ou administradores do Grupo, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelo Banco e suas controladas empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

35 Outras Informações

A Medida Provisória nº 675 de 22/05/2015, foi convertida na Lei nº 13.169, publicada em 07/10/2015, elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018.

36 Eventos subsequentes

A eleição do conselho fiscal, do conselheiro de administração Leonardo Guimarães Corrêa e do Diretor Guilherme Ximenes de Almeida, estão sob aprovação do Banco Central.

* * *

Conselho de Administração

Rubens Menin Teixeira de Souza - Presidente

João Vitor Nazareth Menin Teixeira de Souza - Conselheiro

José Felipe Diniz - Conselheiro

Marcos Alberto Cabaleiro Fernandez - Conselheiro

Cristiano Henrique Vieira Gomes - Conselheiro Independente

Presidência

João Vitor Nazareth Menin Teixeira de Souza

Vice-Presidência

Alexandre Riccio de Oliveira

Marco Túlio Guimarães

Diretoria

Ana Luiza Franco Forattini

Luiz Carlos de Menezes

Sebastião Luiz da Silva

Contador responsável

Sicomar Benigno de Araújo Soares - CRC-MG 67.120-O-3